



UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia

Melissa Ronconi de Oliveira

**Resposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC aos impactos iniciais da crise
econômica**

(2008-2009)

Campinas

2013

Melissa Ronconi de Oliveira

Resposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC aos impactos iniciais da crise econômica (2008-2009)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. José Dari Krein.

Campinas

2013

OLIVEIRA, Melissa Ronconi. Resposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC aos impactos iniciais da crise econômica (2008-2009). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RESUMO

Essa monografia busca estudar as respostas do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC aos efeitos iniciais da crise econômica iniciada em 2008, destacando que a atuação recente usa de estratégias de atuação sindical desenvolvidas nos anos 1990. Para isso, é analisado o comportamento da indústria automobilística nos dois momentos, ressaltando o comportamento do produto e do emprego. A história do SMABC é levantada, buscando entender sua atuação em seus primeiros anos e a guinada sofrida na década de 1990. Por meio de levantamento de dados é confirmado o impacto nas montadoras e autopeças na crise de 2008. Assim, as respostas do SMABC serão analisadas por meio da mídia sindical, buscando comparar as estratégias recentes com as desenvolvidas na década anterior. A hipótese é que o sindicato usou das mesmas estratégias, mesmo se tratando de outra crise, com outra natureza e em outra conjuntura.

Palavras-Chave: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Montadora; Autopeças; Crise.

Sumário

Introdução	2
Capítulo I – Cenário Econômico	4
1.1 Desenvolvimento da Indústria Brasileira	4
1.2 Economia e indústria Brasileira nas décadas de 1980 e 1990	5
1.3 O complexo automotivo – da redemocratização ao final da era FHC.....	7
1.4 Economia e complexo automotivo: do primeiro governo Lula às respostas iniciais à crise de 2008.....	15
1.5 A crise iniciada em 2008.....	17
1.6 Indústria Automotiva na Crise de 2008	21
1.7 Caminhões e Ônibus	24
1.8 Autoveículos e Autopeças	24
1.9 Debate sobre as medidas anticíclicas.....	28
Capítulo II – Origem e trajetória do SMABC	31
2.1 O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC	31
2.2 O Sindicalismo Internacional	31
2.3 O sindicalismo do ABC na década de 80.....	33
2.4 O sindicalismo do ABC na década de 90.....	35
Capítulo III – Respostas do SMABC à crise econômica recente (2008-2009)	41
3.1 Desdobramentos após a eclosão da crise	41
3.2 Após o boom: 2008.....	42
3.3 As ações em 2009.....	45
3.4 Respostas por empresas: autopeças.....	45
3.5 Reversão acordos.....	47
3.6 ABC do Diálogo e do Desenvolvimento	48
3.7 Outras Ações Gerais	49
3.8 Ações especificidades Caminhões e Ônibus	52
3.9 Ações na Recuperação	52
3.10 Análise das ações.....	53
Conclusão	60
Bibliografia	63
Anexo.....	65

Introdução

Os anos 90 marcaram uma mudança na economia brasileira. O início das políticas neoliberais afetaram a indústria e o emprego. Privatizações e bancarrota de empresas nacionais anunciavam o fim de um período de proteção industrial. O propósito da abertura comercial seria o estímulo à concorrência, que induziria a modernização das empresas brasileiras.

Com tais medidas, a categoria dos metalúrgicos é fortemente afetada e, conseqüentemente um dos principais sindicatos do país. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que durante a década de 1980 marcaram o cenário político nacional por sua atuação combativa foi exposto a uma nova conjuntura em que a ameaça de perda de emprego era constante. Além da abertura comercial, a guerra fiscal incentivava o deslocamento das firmas, que fugiam da região devido ao que ficou conhecido como “custo ABC”. A pauta do dia para o sindicato nos anos 90 passou a ser, portanto, a manutenção do emprego.

A mudança de conjuntura seria a explicação para a mudança de atuação. Aberto às negociações e na busca de interesses comuns às empresas e aos trabalhadores, a atuação propositiva do sindicato era marcadamente diferente da combatividade da década anterior.

Essa monografia busca estudar as respostas do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC aos efeitos iniciais da crise econômica iniciada em 2008, destacando que a atuação recente usa das estratégias de atuação sindical construídas nos anos 1990.

Analisa-se dois períodos diferentes da economia brasileira: a década de 1990 e a crise de 2008. Quanto à década de 1990 o foco é entender como a condução da política econômica nessa década afetou particularmente o setor automotivo e a região do ABC. Também a crise econômica de 2008, que, atingiu fortemente a produção e o emprego industrial e, portanto, as montadoras e autopeças da região. No capítulo 1 caracterizam-se esses dois períodos da economia, por meio de revisão bibliográfica e levantamentos de dados.

Para entender a origem e importância do SMABC na política e no sindicalismo nacional, o capítulo 2 retoma a história, desde a sua formação e atuação nos 80 até as mudanças verificadas na década de 1990. A partir da revisão bibliográfica entende como se caracteriza essa nova estratégia de atuação do sindicato.

No capítulo 3 analisa-se como foram as respostas aos impactos iniciais da crise recente. O que se busca é entender a atuação logo após a eclosão da crise sendo, então, analisado o período que vai de 2008 até meados de 2009.

Além do levantamento do saldo do emprego na base do sindicato no período pré e pós-crise, no último capítulo é feito um levantamento da mídia sindical, tendo como

referência a Tribuna Metalúrgica, de publicação diária, que é o jornal do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o principal canal de diálogo com a base. Pelo seu conteúdo é possível obter tanto a opinião dos dirigentes quanto os acontecimentos da categoria - como greves, campanhas salariais e acordos. Assim, a Tribuna foi tomada como referência para analisar as respostas sindicais à crise.

A leitura da tribuna foi condensada por mês, levantando os acontecimentos mais relevantes, assim como as opiniões que mais poderiam ajudar a embasar o pensamento do sindicato sobre a crise econômica e seus impactos, tanto na sua base como na economia em geral.

A hipótese deste estudo é que as estratégias usadas pelo Sindicato nas mobilizações em resposta aos impactos iniciais da crise de econômica recente foram desenvolvidas nos anos 90, em uma conjuntura política e econômica distinta.

Capítulo I – Cenário Econômico

Nesse capítulo se pretende analisar o contexto econômico em que ocorre a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC nos dois momentos em questão – na década de 1990 e na de 2008. Para tanto, retoma-se brevemente a trajetória da constituição da indústria metalúrgica no centro de políticas desenvolvimentistas para poder destacar sua importância dentro do parque produtivo nacional. Ao analisar a evolução da indústria nos últimos anos se busca relacionar com os movimentos que acompanharam as mudanças de atuação sindical ou a alteração no contexto econômico que teria forçado os sindicalistas a novas estratégias. Assim, também se busca entender o panorama da década de 1990 e da crise 2008, seus impactos e suas particularidades.

A crise recente atingiu duramente a economia e também o setor metalúrgico, com impactos específicos dentro dos seus diversos subsetores. A trajetória de emprego e renda no setor metalúrgico também será levantada, assim se busca caracterizar as movimentações diferenciadas logo da eclosão da crise entre a produção de caminhões e ônibus e a produção de autoveículos. Também é destaque a diferença entre o comportamento da indústria de autoveículos e das autopeças. Todas essas respostas diferenciadas dos setores e subsetores à crise terão seus impactos em termos de emprego e, portanto, da atuação sindical. Assim, a análise feita nesse capítulo será complementada pelo capítulo 3.

1.1 Desenvolvimento da Indústria Brasileira

O surgimento e consolidação da indústria no Brasil e sua concentração em São Paulo se deram dentro de projetos norteados à busca do desenvolvimento. Diferentes etapas marcaram a economia brasileira desde a década de 30, mas uma linha mestra definia o rumo principal: a industrialização como forma de superar o atraso econômico e social do país.

O Brasil não estava sozinho nesse objetivo: foi um movimento verificado para outros países em desenvolvimento na América Latina. Iniciado no contexto da grande depressão, o país contava então com indústrias voltadas a suprir itens de consumo não duráveis antes importados. Logo passamos para um cenário em que a defesa dos interesses dos industriais em relação aos da elite agrária começam a ter seu peso na cena política. O mesmo ocorre

com a recém-criada classe trabalhadora, que começa a sua organização e a criação dos primeiros sindicatos e partidos operários. Novos interesses foram surgindo e suas reivindicações vêm à tona na definição dos rumos políticos e econômicos do país.

Colocado o debate dos interesses industriais na sociedade, logo o projeto passa a ser objetivo do Estado, com seu papel de promover a infraestrutura e criar a indústria pesada. Proporcionar a industrialização significaria superar as barreiras do atraso. A industrialização de bens duráveis se deu em idos de 1950 e teve como um dos principais produtos o automóvel. A atração de investimentos estrangeiros e o incentivo ao uso do carro – com a ligação de todo um país pautado por rodovias – foi devido a muito mais do que o livre mercado faria. Foi uma política de Estado.

Os incentivos à produção automobilística dentro de um projeto de industrialização definido pelo Estado tiveram incentivos tanto de natureza cambial como fiscal assim como financiamento via BNDES. A preocupação também se dava no sentido de estimular o fornecimento dos insumos necessários via mercado interno, incentivando assim a formação das indústrias de autopeças. (SANTOS; BURITY, 2002).

Desde então o setor automotivo tem grande presença na indústria brasileira. Passando por diferentes desafios, até hoje se configura como um ramo que emprega e encadeia setores, assim como interfere nas contas nacionais.

1.2 Economia e indústria Brasileira nas décadas de 1980 e 1990

A separação que se dá entre as últimas duas décadas do século passado é a da passagem de um prolongado período desenvolvimentista, ainda que bastante confuso, a uma economia guiada por ideias neoliberais. Tais mudanças que afetaram a economia brasileira nos 1990 em relação aos 1980 marcaram profundamente o setor produtivo.

A década de 1980 foi marcada pela crise da dívida, instabilidade macroeconômica e níveis relativamente baixos de investimento, tanto por parte de empresas nacionais como estrangeiras. A retração das fontes externas de financiamento levou a necessidade de se gerar superávits comerciais significativos. Para tanto, era necessário conter as importações e estimular as exportações. (LAPLANE; SARTI, 2006).

Dado o fracasso da economia nos anos 1980 – que ficou conhecida como a década perdida – a década de 1990 vai ser um ensaio da estratégia neoliberal. O que se buscaria na nova

década seria o fim da inflação e a abertura, expondo assim as empresas nacionais à concorrência das estrangeiras, o que supostamente estimularia, via mercado, uma modernização do parque produtivo brasileiro.

Os grandes eixos das políticas que marcaram os anos 1990 foram a abertura comercial e financeira, com eliminação de subsídios e privatizações. A política industrial defendida pelo governo foi “horizontal” – ou seja, com medidas que atingissem todos os setores simultaneamente – ao contrário das políticas ditas “verticais” – de alcance setorial - que haviam marcado as décadas anteriores. Uma das exceções nesse contexto foi exatamente a indústria automobilística, que teve políticas específicas ao longo da década visando a promover a sua produção e investimento. (LAPLANE; SARTI, 2006).

Segundo Laplane e Sarti (2006) houve diferenças entre o desempenho da indústria na primeira e na segunda metade dos anos 1990. A primeira metade foi marcada por uma recuperação, entre 1992 e 1995, após uma retração devida ao Plano Collor. A segunda metade foi marcada pela instabilidade, o que foi explicado pelas autoridades como devido aos diversos choques exógenos, como a crise do México em 1995, a da Ásia em 1997, Rússia em 1998, a desvalorização cambial em 1999 ou mesmo o “apagão de energia” em 2001. Porém, o que os autores colocam é que o fraco desempenho industrial foi devido às mudanças na estrutura produtiva induzidas pelas reformas neoliberais e pela política econômica do período.

Como reação às políticas dos noventa, o comportamento das empresas foi em busca de especialização e racionalização da capacidade produtiva. A via de importação foi o meio mais simples de obter acesso às inovações disponíveis no exterior, movimento que o câmbio apreciado e a alta taxa de juros estimularam. (LAPLANE; SARTI, 2006).

“(…) a consequência, do ponto de vista do perfil da produção industrial no Brasil, foi a especialização em atividades intensivas em vantagens naturais ou com menor exposição à concorrência externa. A desarticulação das cadeias produtivas e o abandono das atividades mais intensivas em inovação caracterizaram um processo de ‘especialização regressiva’ da produção industrial brasileira. A principal exceção foi a cadeia metal-mecânica, que combinou vantagens naturais (extração mineral), de tecnologia e de escala (siderurgia) e outras vantagens construídas por políticas públicas, em sintonia com as estratégias das filiais estrangeiras (complexo automotivo).”(LAPLANE; SARTI, 2006, p. 304).

Os noventa também foram marcados pela desnacionalização e pela privatização. Os poucos investimentos realizados nos anos 1990 também se deram no sentido da racionalização da produção com vista a melhorar a competitividade e permitir a sobrevivência na nova conjuntura. O setor automotivo parece a princípio constituir numa exceção, onde os

investidores estrangeiros construíram novas instalações e também atuaram com vista a ampliar a capacidade instalada. (LAPLANE; SARTI, 2006).

Como se percebe, no meio de uma década marcada pelas ideias neoliberais a indústria – até então protegida - é atingida pela sua exposição à concorrência externa. Porém, o setor automotivo nos leva a pensá-lo como uma exceção à política central em vários períodos, contando com proteção diferenciada em certos momentos e também por políticas específicas. Assim, no meio de governos marcados pelo ideário e condução de uma política econômica tipicamente neoliberal, a criação de acordos tripartites e medidas específicas de produção se justificariam pelas condições específicas do setor e sua contribuição ao emprego e produto nacional. Esses movimentos assim como suas causas serão analisados mais adiante.

1.3 O complexo automotivo – da redemocratização ao final da era FHC

A indústria automotiva a nível global passava por uma reformulação nos anos 90, em um contexto em que o mercado dos países desenvolvidos estava saturado e a concorrência era alta. A reestruturação se deu no sentido de globalizar a indústria – via aumento dos fluxos de IDE, intensificando as fusões e aquisições assim como pela criação de novos produtos. Apresentando maior potencial de crescimento, os países emergentes foram alvo de uma redistribuição geográfica da produção, o que foi facilitado pelas políticas locais. (ALMEIDA et al., 2006).

A década de 1980, marcada pela inflação e o baixo crescimento, ficou conhecida como a “década perdida”. Já os anos 90 foram de abertura econômica - em oposição às políticas de industrialização anteriores. A exposição da abertura da indústria brasileira à concorrência internacional em um quadro de políticas monetárias austeras agravou também as condições das empresas do ramo automotivo.

O cenário da indústria automobilística no Brasil no início da década de 1990, na visão de alguns autores, é do atraso e baixa produtividade. O processo, intensivo em mão de obra, estava longe da produtividade alcançada pelos padrões mais modernos de produção no exterior (ALMEIDA et al., 2006). Fez-se conhecida a expressão “Custo ABC”, que remetia a todos os fatores que tornavam a região – até então uma das únicas grande áreas produtoras de automóveis - pouco atrativa aos industriais.

O governo Collor colocou em prática um conjunto de medidas liberalizantes tais como “privatização, desregulamentação, a suspensão de subsídios e incentivos fiscais e a abertura e exposição da economia brasileira à concorrência internacional.” (CONCEIÇÃO, 2001, p.102). A redução das alíquotas de importação visava expor as empresas nacionais – que até então atuavam num ambiente protegido – à concorrência internacional, o que levaria “naturalmente” a uma modernização de todo o setor industrial brasileiro com vistas à competitividade. Como exemplo da ineficiência da proteção industrial que ocorria até então, o então presidente colocou como exemplo a automotiva, que produziria “carroças” (CONCEIÇÃO, 2001, p.103). A queda na produção de autoveículo verificada já na passagem de 1989 para 1990 se deve já as políticas de abertura às importações, assim como às medidas recessivas do plano de estabilização monetária (CONCEIÇÃO, 2001, p.105). Nesse período o emprego direto nas montadoras também foi reduzido em aproximadamente mil postos de trabalho, como se pode verificar no gráfico 1.1.

Frente ao fechamento de empresas e queda no número de postos de trabalho em 1991, foi constituída a Câmara Setorial da Indústria Automobilística. A pressão pela sua constituição deveu-se em grande parte aos trabalhadores que sentiam o impacto nos níveis de emprego. Dela participavam representantes do governo federal e estadual, empresas montadoras e de autopeças e sindicatos, assim como outros segmentos relativos à cadeia automotiva. Teve como resultado dois acordos nacionais, em 1992 e 1993, que tem seu conteúdo detalhado nas tabelas a seguir.

Tabela 1.1 – Primeiro Acordo Automotivo¹

¹ Adaptado de Bedê (1997), p. 366.

Primeiro Acordo Automotivo (mar/92)	
Impostos	<p>Redução das alíquotas de IPI (6 pontos percentuais):</p> <ul style="list-style-type: none"> de 20 para 14% automóveis até 1000 cc de 37 para 31% automóveis até 100 HP de 42 para 36% automóveis com mais de 100 HP de 16 para 10% comerciais leves (gasolina e álcool) <p>Redução da alíquota de ICMS (6 pontos percentuais):</p> <ul style="list-style-type: none"> de 18 para 12% automóveis e comerciais leves de 18 para 12% caminhões e ônibus
Margens	<p>Redução de 10 pontos percentuais em relação ao preço ao consumidor (automóveis e comerciais leves):</p> <ul style="list-style-type: none"> 4,5 pontos percentuais das montadoras 3,5 pontos percentuais dos fornecedores de autopeças 2,5 pontos percentuais das concessionárias <p>Redução de 10 pontos percentuais em relação ao preço ao consumidor (caminhões e ônibus):</p> <ul style="list-style-type: none"> 6,5 pontos percentuais via setor produtivo 3,5 pontos percentuais via comercialização
Preços	<p>Redução de 22% nos preços de automóveis e comerciais leves</p> <p>Redução de 16% nos preços de caminhões e ônibus</p>
Salários	Correção pela inflação mensal integral
Emprego	Manutenção dos níveis de 27/03/92
Financiamento	<p>Abertura de novos consórcios (jun/92)</p> <p>Nova linha de crédito do Banco do Brasil (ago/92) para carros, motos e caminhões, até 80% do preço (6 a 24 meses, com TRD mais 1,5% a 1,7% ao mês)</p>

Tabela 1.2 – Segundo Acordo Automotivo²

Segundo Acordo Automotivo (fev/93)	
Impostos	<p>Redução das alíquotas de IPI (6 pontos percentuais): de 14 para 8% automóveis até 1000 cc de 31 para 25% automóveis até 100 HP de 36 para 30% automóveis com mais de 100 HP de 10 para 8% comerciais leves (gasolina e álcool)</p> <p>Manutenção do ICMS: em 12% automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus</p> <p>Redução da alíquota de ICMS: de 8,8 para 7% tratores</p>
Margens	<p>Redução de 5 pontos percentuais em relação ao preço ao consumidor (automóveis e comerciais leves): 3 pontos percentuais das montadoras 1,2 pontos percentuais dos fornecedores de autopeças 0,8% das concessionárias</p>
Preços	Redução de 10% nos preços de automóveis e comerciais leves
Salários	<p>Correção pela inflação mensal integral</p> <p>Aumento real de 20% escalonados (3 vezes de 6,27% em abr/93, abr/94 e abr/95)</p>
Emprego	Ampliação do nível de emprego
Financiamento	<p>Ampliação dos prazos dos consórcios: de 60 para 100 meses para comerciais pesados e tratores (efetivada) de 50 para 80 meses para automóveis (não efetivada)</p> <p>Ampliação da parcela financiada pelo BNDES/FINAME: de 40% para 60% para caminhões e ônibus</p> <p>Ampliação das linhas de crédito FINAME: de US\$237 para US\$378 milhões para comerciais pesados e tratores rodoviários, provenientes do FAT</p>

Como coloca Bedê (1997), como contrapartida do segundo Acordo, havia metas de expansão dos investimentos, emprego e produção. Estas, para o período de 1993 – 1995, no que tange à produção de autoveículos foram superadas em mais de 10% em cada ano. Porém no que tange ao emprego, ao invés de atingir a meta, este declinou em 1995, tanto na indústria montadora quanto na autopeças, reflexo da modernização das linhas de produção. A queda no emprego na autopeças também se relaciona com o crescimento das sua importação (BEDE, 1997).

² Adaptado de Bedê (1997), p. 366.

Os acordos lograram reestimular a cadeia da produção automotiva, como se percebe pelo gráfico 1.2 pela produção de autoveículos relativa a 1992 e 1993, que vai de cerca de 960 mil unidades por ano em 1990, para 1,07 milhões em 1991 e aproximadamente 1,4 milhões em 1992. Porém no que tange ao emprego, devido à necessidade de modernização e adoção da tecnologia disponível a nível internacional, os novos processos de produção eram poupadores de mão de obra. Eram cerca de 105 mil os trabalhadores da indústria de autoveículos em 1992, passando a 106 mil em 1993, a 107 mil em 1994 e caindo novamente a 104 mil em 1995. Esses números levam a diferentes interpretações quanto a efetividade dos Acordos. Há quem os veja de forma positiva já que autuaram no sentido de estancar as demissões. Assim como há também visões que vão ressaltar o fato de que as metas de geração de emprego não foram atingidas, constituindo-se em um tema polêmico, principalmente no que tange à questão do trabalho.

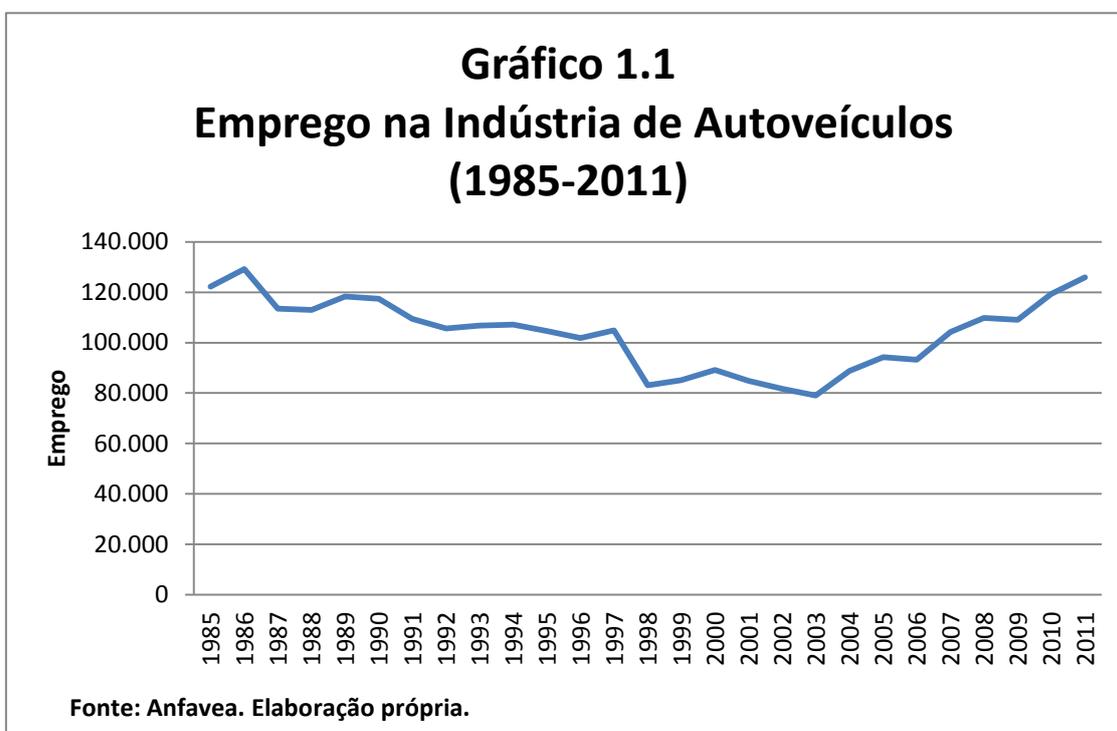
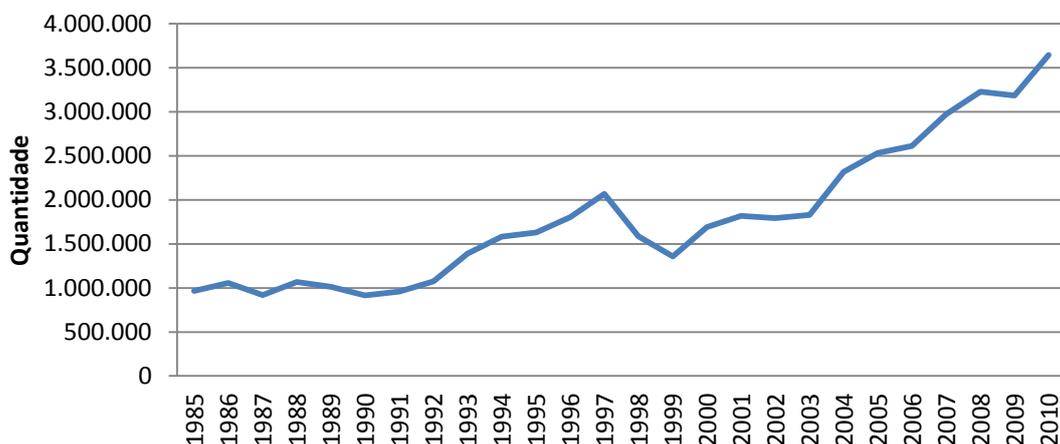


Gráfico 1.2
Produção de Autoveículos Acumulado no
Ano- Montados e Desmontados - 1995-2010



Fonte: Anfavea. Elaboração própria.

Para Latini, além dos acordos da Câmara e de seus resultados favoráveis, faltavam políticas industriais articuladas de médio e longo prazo, assim como outras políticas públicas. Só por esse caminho é que se sustentaria a produção e o emprego industrial (LATINI, 2007).

As exportações tiveram papel dinamizador da indústria enquanto a demanda doméstica estava em baixa. Porém, quando a demanda nacional cresceu, aumentaram as importações entre 1990 e 1994. Aconteceu uma especialização da indústria nacional, cabendo a esta a produção dos veículos compactos e baratos (que estavam dentro das faixas de incentivo) e a importação de modelos mais sofisticados. Ao mesmo tempo, a modernização das plantas – via automatização e intensificação do trabalho - aumentou sua produtividade. De acordo com Almeida et al (2006, p.6) a produtividade da indústria automobilística brasileira passa de 7,79 unidades produzidas por pessoa para 24,8 em 2004.

Com uma postura de oposição aos acordos tripartites e à Câmara Setorial, FHC assume a presidência em 1994 e o Plano Real com suas metas de estabilidade monetária levaram a uma conjuntura de “controle da demanda, juros elevados, liberalização da economia, sobrevalorização do câmbio, desregulamentação de mercados, desindexação salarial e elevação dos impostos” (CONCEIÇÃO, 2001, p.110) e que levaram as Câmaras Setoriais a serem desativadas.

A antecipação da redução tarifária para importação, visando conter a pressão da demanda e a inflação, levou ao aumento das importações de veículos e autopeças a partir de 1994.

Além do impacto na produção nacional, a balança comercial também foi atingida (CONCEIÇÃO, 2001).

A crise cambial de 1994-1995 faz o governo de FHC rever a política de comércio exterior, aumentando o imposto de importações sobre veículos já em 1995. Também em 1995 é lançado o **Regime Automotivo**, que buscava aumentar as exportações, assim como modernizar e atrair novos investimentos nas montadoras e autopeças. Como contrapartida aos incentivos, as empresas deveriam atingir metas de exportação e também o comprometimento de alcançar um balanço comercial equilibrado. Estabeleceu também índices de nacionalizações específicos, cabendo destacar que houve um tratamento diferenciado entre importações de veículos e autopeças, expondo mais as últimas à concorrência internacional. Assim, houve divergências de opiniões sobre o Regime Automotivo. De fato houve um aumento das importações de autopeças nos anos 90, devido ao Regime Automotivo e a forte valorização do Real. O que impediu um resultado pior para as autopeças foram os acordos de integração do Mercosul (CONCEIÇÃO, 2001).

“Diante deste quadro de regras desiguais em relação à cadeia automotiva, associado às condições macroeconômicas adversas, importantes e tradicionais empresas de autopeças encerraram ou reduziram de modo acentuado as suas atividades. Em muitos casos, foram adquiridas pelos novos competidores ‘globais’.” (CONCEIÇÃO, 2001, p.124).

Conceição coloca que os incentivos do Regime Automotivo, a conjuntura da economia pós-plano real e a guerra fiscal estimularam um “novo ciclo de investimentos no país” (CONCEIÇÃO, 2001, p.125). Na guerra fiscal, estados e municípios concediam reduções de ICMS, ISS, IPTU etc, assim como melhorias na infraestrutura e outros benefícios. O objetivo era atrair as empresas e com isso aumentar o emprego na região, porém as unidades que se instalavam contavam com tecnologias poupadoras de mão de obra (CONCEIÇÃO, 2001).

“Nesse contexto – que combinou a redução das tarifas de importação de máquinas, ferramentas, componentes, peças e insumos, que foi estabelecida pelo Regime Automotivo em vigor desde 1995; os baixos custos de implantação de novas unidades de produção possibilitados pela guerra fiscal e; a continuidade do crescimento da demanda interna de veículos – diversas novas unidades industriais de montadoras foram anunciadas no país.” (CONCEIÇÃO, 2001, p.128).

Os investimentos resultantes do Regime Automotivo tiveram impactos diferentes em cada estado. A maior parte do investimento das montadoras em São Paulo destinou-se à modernização das plantas já instaladas sendo que as novas plantas foram montadas no interior (Honda em Sumaré, Toyota em Indaiatuba e fábrica de motores da Volkswagen em

São Carlos). Novas plantas e fornecedores se instalaram em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Rio de Janeiro. Observou-se então uma descentralização do setor. (SANTOS; BURITY, 2002).

Como observado pelo gráfico X, 1998 e 1999 são anos em que a produção de autoveículos se retrai. Esse movimento foi devido ao plano de ajuste fiscal de 1997 que elevou a alíquota de IPI aplicada sobre veículos e também aumentou as taxas de juros. (CONCEIÇÃO, 2001). Devido às metas fiscais estabelecidas pelo governo FHC na segunda metade dos anos 90 vemos que:

“Embora a taxação sobre as diversas categorias de veículos tenha oscilado ao longo da década – obedecendo a um jogo de pressões e contrapressões entre o governo e a cadeia produtiva – há, entre 1994 e 1999 (...) o retorno gradativo da carga tributária vigente sobre os veículos de menor motorização (‘carros populares’) aos níveis do início dos anos 90, antes dos dois acordos da Câmara Setorial. A carga tributária, sobre os veículos até 1000 cc, passou de 17% para 23,9% entre 1994 e 1999.” (CONCEIÇÃO, 2001, p.133).

Em 1999 o “acordo emergencial” reduz temporariamente o IPI e o ICMS assim como a margem das empresas da cadeia automotiva em troca da estabilidade do emprego. O governo se viu forçado a essa negociação tripartite pela pressão da sociedade frente ao desemprego, porém não querendo a retomada da Câmara Setorial fez um acordo de curto prazo e de novo nome (CONCEIÇÃO, 2001).

A desvalorização cambial de 1999 teve impactos na indústria automobilística na medida em que houve uma retomada dos índices de nacionalização (CONCEIÇÃO, 2001).

“O cenário macroeconômico brasileiro, ao longo de quase toda a década de 90, foi marcado pelas rígidas políticas monetárias e fiscais, tornando a trajetória do crescimento uma espécie de ‘stop and go’. Isto resultou em ajustes defensivos da indústria brasileira, por meio de políticas do tipo substituição de produção doméstica por peças importadas, reestruturação produtiva, terceirizações e redução de fornecedores.” (CONCEIÇÃO, 2001, p.137).

Os investimentos e a produção automobilística não declinaram nos anos 90. Pelo contrário, tiveram um movimento oscilante mas no geral se expandiram. Esses investimentos estavam inseridos dentro de uma estratégia de investimentos mundial das montadoras, tendo como objetivo realmente a especialização e o aumento da produtividade para a inserção na cadeia mundial. As políticas diversas de estímulos específicos à essa indústria não tiveram impacto na criação de emprego pois as novas plantas contavam com processos produtivos poupadores de mão de obra. Não houve durante o período uma decisão em prol de um projeto de industrialização, mas somente incentivos pontuais às necessidades de ajuste na balança comercial, por meio de incentivos para as montadoras desenvolverem produção no

territorial nacional. As políticas postas em prática também atenderam os interesses industriais das montadoras em torno de sua estratégia de ampliação das vendas e não do interesse nacional ou dos trabalhos nessa indústria que declinou durante o período em questão.

1.4 Economia e complexo automotivo: do primeiro governo Lula às respostas iniciais à crise de 2008

O ciclo de crescimento do período 2004-2008, em que o PIB cresceu em média 4,8% ao ano contou, segundo coloca IPEA (2010a), com investimento crescente e destaque para o consumo das famílias, devido à expansão do crédito, das políticas de redução da desigualdade e da recuperação do poder de compra dos salários. O cenário de otimismo criado a partir de 2004 estimulou os investimentos privados que, acrescidos do PAC, favoreceram o crescimento. O aumento da demanda interna levou não somente ao estímulo da produção doméstica, mas também à maior demanda por importação, contribuindo cada vez menos para o crescimento do saldo das exportações líquidas (IPEA, 2010a).

O presidente Lula, no começo de seu governo manteve a mesma política macroeconômica vigente desde 1999, composta por metas de inflação, câmbio flutuante, juro elevado e geração de superávit fiscal primário - com vistas à contenção da inflação. Houve, no seu governo, ruptura em relação ao governo anterior no que diz respeito à política industrial, que teve seu veto derrubado, mas com continuidade quanto à política macro. Cano e Silva (2010) apresentam tal combinação como um paradoxo, já que seria difícil seguir com uma política industrial estando os instrumentos clássicos (câmbio, juros e gasto público) comprometidos com a estabilidade macroeconômica.

Lula já no começo de seu governo iniciou a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) que resultou na implementação de diversas medidas mas, na opinião dos autores:

“O conjunto descompassado e não articulado de iniciativas que foram sendo implementadas, no bojo de um processo de reconstrução de instâncias de planejamento e gestão e de instrumentos de política, não foi capaz de influenciar significativamente o nível de investimentos na direção pretendida, nem de reverter problemas estruturais. A lista das principais ações/medidas (...) permite inferir, entretanto, a dimensão do esforço realizado no sentido de avançar na necessária institucionalidade da Política Industrial.” (CANO; SILVA, 2010, p.9).

No início do segundo mandato há continuidade à PITCE, mas em maio de 2008 é lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), já mais preocupada em definir objetivos e metas e melhorar a coordenação das diferentes instituições do governo com o setor privado.³ Suas metas foram frustradas devido à eclosão da crise mundial, e, nesse momento foram necessárias medidas anticíclicas para diminuir seus efeitos sobre a economia brasileira:

“Na medida do possível, as medidas conjunturais de recuperação da crise foram de alguma forma referenciadas pelas duas políticas estratégicas do governo (o PAC e a PDP). Por exemplo, as desonerações tributárias ocorreram, quase sempre, nos setores estratégicos da PDP; assim como o principal programa fiscal anticíclico (“Minha Casa, Minha Vida”) revelou fortes interações com o desenvolvimento do PAC.”(CANO; SILVA, 2010, p.15).

Houve, portanto, um avanço no governo Lula quanto à relevância da política industrial como instrumento do desenvolvimento, usando de políticas verticais e horizontais. Porém, Cano e Silva (2010) destacam a insuficiência desse processo:

“Tínhamos, ao findar a década de 1970, o oitavo parque industrial do mundo e o peso de nossa indústria de transformação no PIB, em 1980, era de 32,4% - dos mais altos do mundo. Ingressados na crise, contudo, e depois, pior, no neoliberalismo, vimos aquela cifra baixar para 16,9% em 2002 e cair ainda mais em 2009, para 15,5%. Isto mostra que a propalada ‘recuperação’ ora festejada é enganosa, haja vista que nos últimos 10 anos a taxa de crescimento dessa indústria foi medíocre, a metade da baixa taxa do PIB.” (CANO; SILVA, 2010, p.22).

Para Gonçalves (2013), ao analisar o governo Lula, geralmente se faz a comparação com o governo imediatamente anterior, o de FHC. Tal enfoque seria insuficiente ao deixar de lado a comparação com outros períodos da história do Brasil e também com a conjuntura mundial. Para o autor, ao contrário dos que propagam que o Brasil sofreu uma mudança de rota, porém, o que se percebeu foi que houve aprofundamento do que Gonçalves chama de MPL (Modelo Liberal Periférico). Durante os governos do PT houve: a) avanço do processo de liberalização; b) um desempenho macroeconômico ruim quando comparado com os demais períodos da história brasileira; c) a taxa de crescimento média do PIB é menor que a média simples e a mediana dos demais países, o que está associado ao baixo investimento, que também tem suas taxas de crescimento inferiores à média e à mediana mundiais; d) a inflação em vários anos foi superior à média mundial; e) o aumento das reservas internacionais, que é tido como uma grande conquista, respondeu em grande parte à conjuntura, assim como tem um alto custo de manutenção; f) a dívida das famílias cresceu,

³ O resumo de suas principais medidas pode ser encontrado na tabela da página 12 de Cano e Silva..

passando a relação dívida per capita/Salário médio de 5,1% em 2002 para 16,6% em 2012, o que implica também em um aumento da inadimplência, sendo que, como se pode ver na tabela abaixo, um dos maiores aumentos na inadimplência se deu na aquisição de veículos (GONÇALVES, 2013).

Tabela 1.3⁴

Inadimplência de pessoas físicas: 2002-12
(R\$ milhões, constante 2012)

	Cheque especial	Crédito pessoal	Aquisição de veículos	Aquisição de outros bens	Outras operações	Total	Valor total, índice 2002 = 100
2002	1.401	3.750	1.376	671	1.295	8.494	100
2003	1.161	3.454	1.498	904	1.392	8.409	99
2004	983	3.533	1.393	847	1.132	7.887	93
2005	956	4.473	1.201	1.131	1.241	9.002	106
2006	1.488	6.298	2.468	1.559	1.899	13.711	161
2007	1.733	6.549	3.045	1.810	2.164	15.301	180
2008	1.782	7.729	3.805	1.974	2.417	17.708	209
2009	2.306	9.602	5.043	1.605	2.887	21.444	253
2010	1.924	9.211	4.480	1.072	2.333	19.019	224
2011	1.933	11.412	6.559	1.218	2.885	24.007	283
2012	2.453	15.412	10.491	1.265	4.260	33.881	399

Fontes e notas: BACEN. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/?TXCREDMES>. Acesso: 30 de março de 2013. Elaboração do autor. GONÇALVES (2013.b).

Não cabe a esse trabalho esgotar o tema, mas é visível a diversidade de interpretações sobre a condução da política econômica do governo Lula e seus impactos.

1.5 A crise iniciada em 2008

A crise que se originou no mercado imobiliário americano em 2007 atingiu o Brasil já em 2008. Os canais de transmissão foram: 1. pelas contas externas, reduzindo o preço e a quantidade exportada; 2). pelo sistema financeiro; 3) pela mudança nas expectativas, que acentuou a aversão aos riscos e a contração do crédito pelos bancos assim como ao adiamento de decisões de consumo e investimento. (IPEA, 2010a).

Como respostas aos impactos da crise, o governo brasileiro tomou um conjunto de medidas anticíclicas marcadamente de cunho heterodoxo, as quais podem ser agrupadas, segundo IPEA (2010), nas seguintes iniciativas:

1. Medidas para recuperação da liquidez: mudanças no depósito compulsório; bancos públicos atuaram no sentido de suprir o crédito que havia sido contraído pelos bancos privados;

⁴ Retirado de Gonçalves (2013).

2. Medidas para a redução do risco sistêmico: possibilidade da utilização de parte do compulsório para as instituições financeiras sólidas adquirirem aquelas que apresentassem problemas de liquidez;
3. Medidas para contenção da crise cambial;
4. Medidas de estímulo fiscal: desonerações fiscais com vistas a estimular o produto industrial, o emprego e a geração de renda. A primeira aconteceu já em 2008 e beneficiou os produtos de linha branca, materiais de construção e automóveis, depois, no final de 2009, foi incluído o setor moveleiro. Para tanto, foi reduzida a meta de superávit primário para 2009. Outras políticas anticíclicas foram o aumento do salário mínimo e o Programa Minha Casa, Minha Vida, que buscava estimular a construção civil.

Quando estourou a crise em 2008, contraiu-se a liquidez nos mercados financeiros, assim como aumentou a aversão ao risco e a demanda mundial caiu e afetou o preço das commodities. Assim, num primeiro momento a economia brasileira sofreu com a restrição dos financiamentos e a queda na demanda por nossos produtos de exportação. Internamente, as expectativas anteriores de crescimento levaram ao acúmulo de estoques e, frente às incertezas, acarretaram uma forte retração da produção industrial.

Os efeitos da crise foram mais severos no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009. As medidas anticíclicas tomadas e o consumo das famílias avançando permitiu o início de uma recuperação ainda no final do primeiro semestre de 2009.

“Dada a gravidade dos efeitos desencadeados pela crise financeira internacional, a trajetória da economia brasileira em 2009 demonstrou uma grande capacidade de recuperação, além de uma sensível redução da nossa vulnerabilidade a choques externos. Ao contrário de outras crises, o súbito aumento da volatilidade cambial (a taxa real/dólar depreciou quase 40% entre os meses de setembro e outubro de 2008) não gerou maiores problemas sobre a dívida externa, uma vez que passamos à condição de credores líquidos do mundo. (...) Essa melhora nos fundamentos macroeconômicos, associada à adoção, por parte do governo, de uma série de políticas anticíclicas, foi responsável pelo bom comportamento da economia brasileira durante a crise internacional. A política monetária expansiva, combinada com uma política fiscal baseada em desonerações e programas de transferências de renda, foi fundamental ao garantir as condições necessárias para que o mercado interno sustentasse o nível da demanda na economia, suavizando os efeitos negativos da retração externa.” (IPEA, 2010b, p.5).

Gráfico 1.3⁵

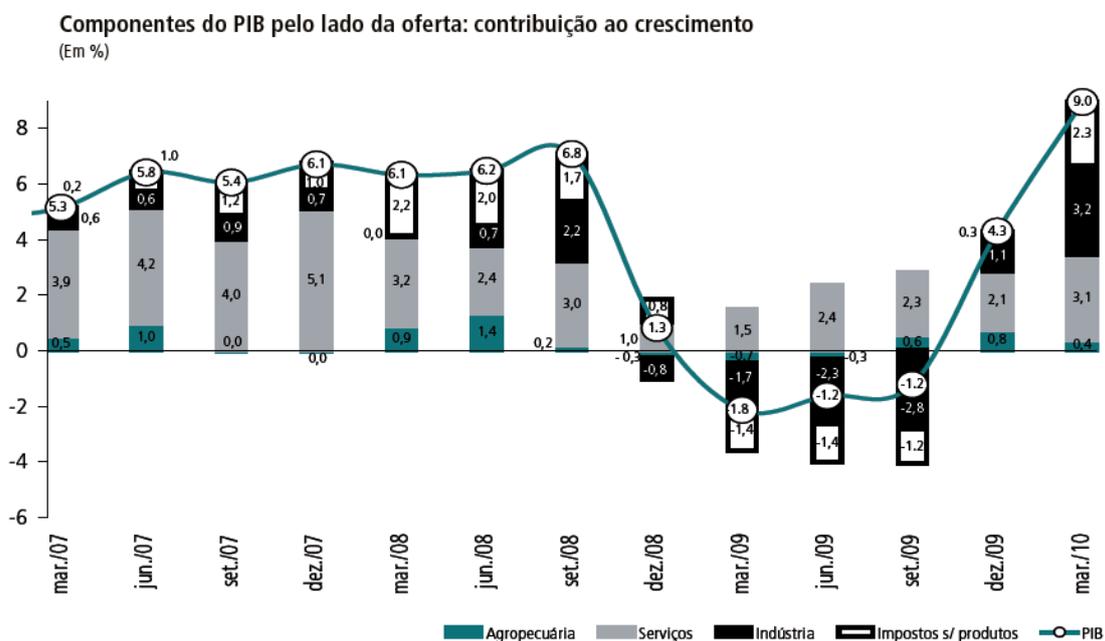


Tabela 1.4⁶

PIB: taxa real de crescimento trimestral e acumulado no ano
(Em %)

	2009				Variação acumulada no ano	
	I	II	III	IV	2009	2010
PIB pm	-2,1	-1,6	-1,2	4,3	-0,2	-
Imposto sobre produtos	-4,2	-3,5	-2,0	6,2	-0,8	-
Agropecuária	-2,8	-4,4	-9,0	-4,6	-5,2	-
Indústria	-10,4	-8,6	-6,9	4,0	-5,5	-
Serviços	1,7	2,0	2,1	4,6	2,6	-
Consumo – total	2,2	3,2	3,3	7,0	4,0	-
Famílias	1,5	3,0	3,9	7,7	4,1	-
Governo	4,3	3,9	1,6	4,9	3,7	-
FBCF	-14,2	-16,0	-12,5	3,6	-9,9	-
Exportação	-15,4	-11,4	-10,1	-4,5	-10,3	-
Importação	-15,8	-16,5	-15,8	2,5	-11,4	-
PIB pm var. dessazonalizada	-0,9	1,4	1,7	2,0	-	-

Fonte: IBGE. Elaboração: Ipea/DIMAC/GAP.

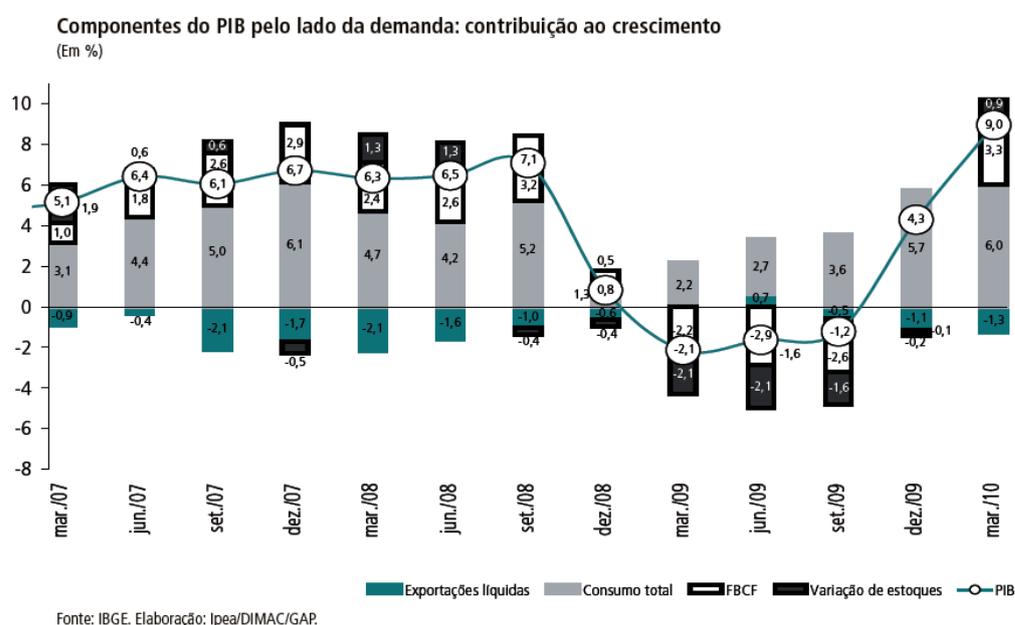
No gráfico 1.3, que mostra a contribuição ao PIB pelo lado da oferta, podemos ver que a indústria foi a mais afetada pela crise de 2008 e teve grande impacto no desempenho da economia nacional, exigindo medidas anticíclicas. Pela tabela 1.4 vemos que a indústria teve desempenho de -5,5%, apresentado também queda na participação do valor adicionado. Quanto ao desempenho da indústria na crise, segundo o IPEA (2010c):

⁵ Retirado de IPEA (2010b).

⁶ Retirado de IPEA (2010c).

“A produção industrial física acumulou uma retração de 20,6% no período entre os meses de outubro e dezembro de 2008. A queda na demanda mundial, associada à restrição de liquidez internacional, em virtude do agravamento da crise financeira, implicou uma forte redução da atividade industrial. Este ajuste, que num primeiro momento atingiu os setores mais voltados para exportação, acabou impactando a indústria como um todo, agravado não só pela queda na atividade econômica como também pelo nível de estoques que, na ocasião, correspondia a uma expectativa de demanda crescente. Já no início de 2009, na medida em que a demanda interna, sustentada principalmente pelo consumo privado, mostrou-se resistente aos efeitos da crise, a produção industrial iniciou uma trajetória de recuperação.” (IPEA, 2010c, p.11).

Gráfico 1.4 ⁷



O consumo das famílias foi fator bastante importante para enfrentar a crise, como pode ser visto no gráfico 1.4. Em um primeiro momento, frente à queda da atividade e a incerteza o consumo das famílias apresentou grande retração no final de 2008. Já no começo de 2009 a percepção sobre o ambiente econômico melhorou e a confiança foi retomada.

“Num primeiro momento, a ampliação dos programas de transferência de renda por parte do governo, assim como o aumento real concedido ao salário mínimo, ajudaram a sustentar a demanda pelos chamados bens de consumo não duráveis, cujo consumo é função exclusiva dos níveis de renda. Associada a esse fato, a gradativa estabilização do mercado de trabalho contribuiu ainda mais para a manutenção do ritmo de crescimento da massa salarial, causando uma sensível melhora nos níveis de confiança dos

⁷ Retirado de IPEA (2010b).

agentes. Nesse contexto, a flexibilização da política monetária somada às medidas de desoneração fiscal criaram as condições necessárias para a retomada da demanda por crédito, associada ao consumo de bens duráveis.” (IPEA, 2010c, p.8).

Em 2010 foi lançado também o PAC 2 – que é um programa de investimentos e obras de infraestrutura – que atua na logística, energia e área social e urbana, que têm seu peso na manutenção do dinamismo na economia no pós-crise. Os desdobramentos a partir de 2010 não são objeto da presente monografia, por isso não foram analisados.

1.6 Indústria Automotiva na Crise de 2008

Como foi visto, a produção industrial se contraiu rapidamente e a indústria automotiva como um todo foi duramente atingida pela crise. A indústria automotiva tem grande peso dentro da estrutura industrial brasileira, pois encadeia uma rede de fornecedores, de comércio e de pós venda, sendo, também, responsável por grande número de empregos. Em uma conjuntura de incertezas se fez necessário o estímulo ao setor para se evitar maiores quedas na produção e no emprego. Assim, a principal medida de estímulo do governo ao setor foi a redução de IPI e o estímulo ao consumo, via crédito. Como veremos mais adiante, as particularidades do setor fizeram com que esse estímulo atingisse de maneira diferenciada montadoras e autopeças, assim como a produção de ônibus e caminhão.

Gráfico 1.5

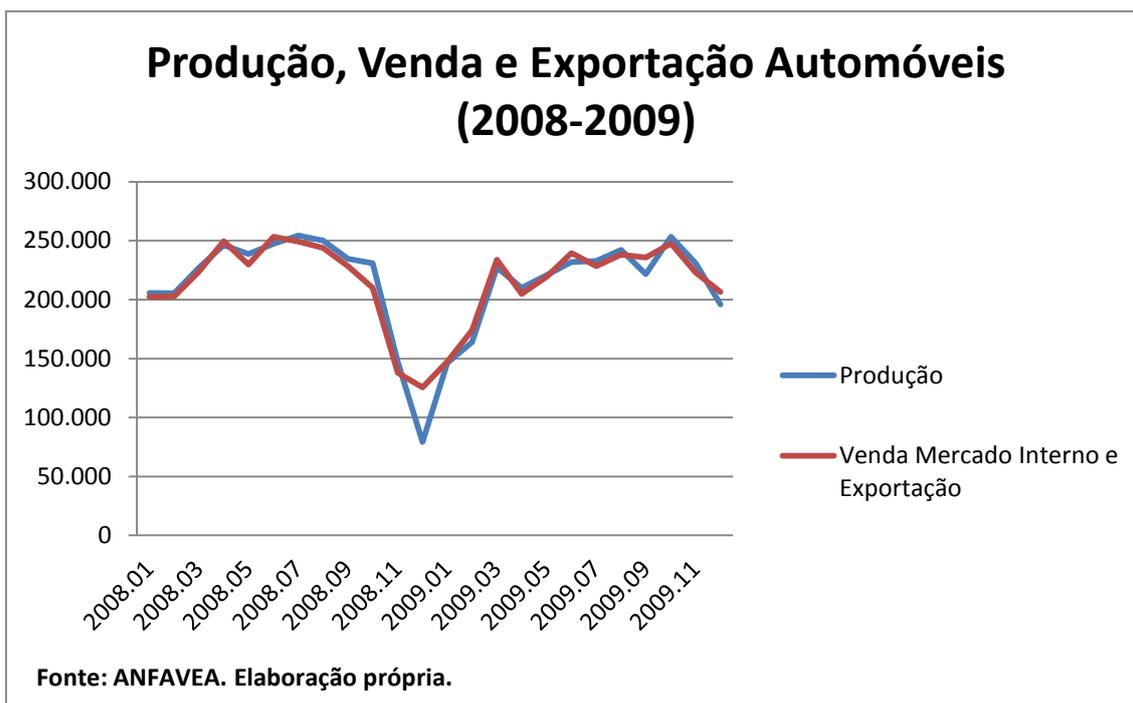
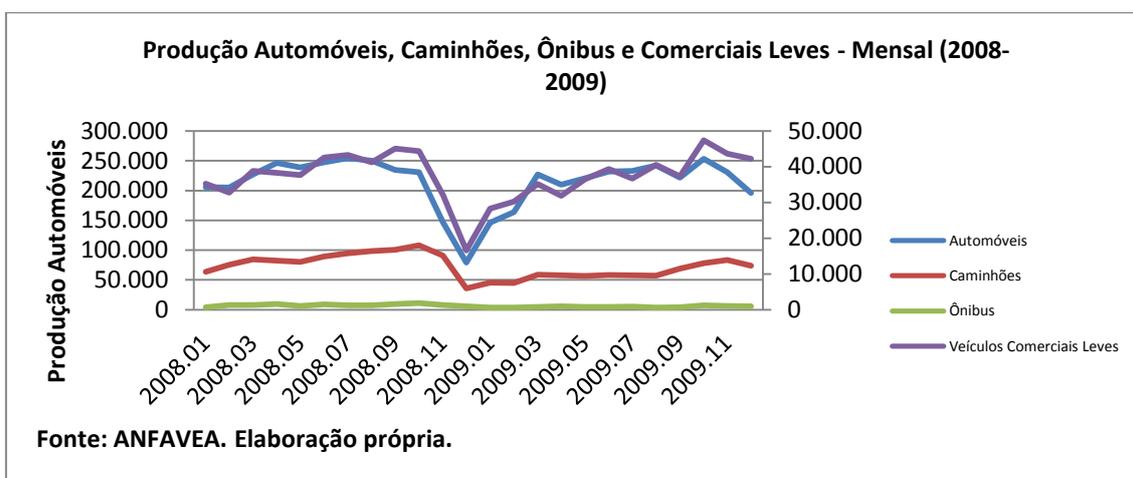


Gráfico 1.6⁸



No que tange à produção de automóveis, como podemos ver no gráfico 1.5, é recuperada já na primeira metade de 2009 e em outubro já atingia os mesmos níveis pré-crise. A queda é bem aguda de setembro a dezembro de 2008, se dando a retomada de forma quase contínua no ano seguinte. A trajetória da produção de automóveis e veículos comerciais leves é bem próxima.

Gráfico 1.7⁹

⁸ Dados ANFAVEA. Elaboração própria. Observação: o eixo vertical esquerdo corresponde somente à quantidade de *automóveis*. Já o eixo vertical direito corresponde à produção de *veículos comerciais leves*, *caminhões* e *ônibus*.

GRÁFICO 1.9
Desempenho do setor de autoveículos: vendas internas versus exportações
 (Índice dessazonalizado: março de 2000 = 100)



Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Elaboração: Ipea/DIMAC/GAP.

O resultado da venda de autoveículos – impulsionada pela redução de IPI – teve efeito positivo no que tange à retomada dos níveis de comércio. Pelo gráfico 1.7, que mostra o desempenho do setor de autoveículos, percebe-se que a retomada nas vendas foi rápida para o mercado interno, já atingindo os níveis pré-crise no começo de 2009. Já o mercado internacional – representado pelas exportações, custou a recuperar-se, sendo verificada uma expansão significativa somente no final de 2009 e começo de 2010.

O investimento também caiu em 2008, mas é retomado logo em 2010 e 2011, inclusive com crescimento em relação aos níveis pré-crise, como se pode ver no gráfico 1.8.

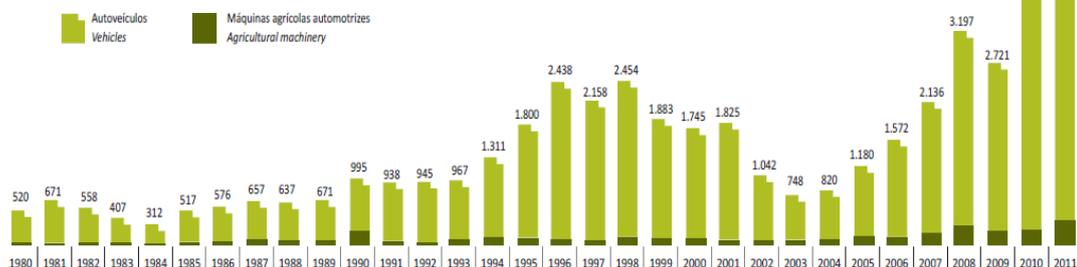
Gráfico 1.8¹⁰

⁹ Retirado de IPEA (2010c).

¹⁰ Retirado de ANFAVEA (2012).

Investimento – 1980/2011 / Investment – 1980/2011

Milhões de US\$ / US\$ million



Também quanto ao comportamento do emprego na crise o que se esperava era uma queda acentuada no trabalho formal, principalmente na indústria – a mais atingida pela crise. Porém isso não se verificou, já que o nível de emprego industrial voltou a se recuperar no final de 2009 (IPEA, 2010c). A importância da manutenção do emprego também se dá pela demanda gerada, que atua estimulando o comércio e produção. Deve-se salientar que a manutenção dos postos de emprego, principalmente no que tange ao emprego no setor automotivo, contou com uma atuação sindical propositiva na crise, que aceitou negociar direitos em troca de manutenção de postos de trabalho. Esse ponto será mais discutido no capítulo 3.

1.7 Caminhões e Ônibus

Se a redução de IPI e demais estímulos do governo foram eficientes para a retomada, ainda que tardia, da produção de automóveis, o mesmo não se verifica para a produção de ônibus e caminhões. Sendo bens de capital, o comportamento da sua demanda é mais sensível a momentos de incerteza. Como vimos pelo gráfico 1.6, a queda na produção de caminhões se dá em setembro de 2008 e não há nenhum grande movimento de recuperação, esta se dá de forma lenta e descontínua. Até o final de 2009 a produção de caminhões não havia chegado ao mesmo patamar do pré-crise. A produção de ônibus é menor e seu movimento mais suave, mas mesmo assim é possível verificar a queda na produção no final de 2009.

Tais diferenças dentro da produção de autoveículos são importantes para analisar os impactos no emprego e as respostas metalúrgicas. Como será visto no capítulo 3, parte da ação sindical vai se concentrar em torno de reivindicar políticas específicas para a produção de caminhões e ônibus, como se dará mais tarde por uma política de renovação de frotas.

1.8 Autoveículos e Autopeças

Um tema de importância na resposta à crise recente é o das diferenças entre as montadoras e o setor de autopeças. O setor como um todo foi afetado pela crise, mas a mudança de expectativas e a manutenção de estoques por parte das montadoras atingiu mais fortemente o setor de autopeças – que muitas vezes trabalha com encomendas. Em novembro de 2008, com o agravamento da crise, o estoque das montadoras atingiu 305 mil unidades e 56 dias (RESENDE, 2009). Assim, as medidas de estímulo ao setor – como a redução do IPI e aumento do crédito – agiram no sentido de diminuir os estoques, enquanto a produção permanecia a um nível muito baixo ou mesmo parada. O efeito para os trabalhadores, como veremos no capítulo 3, foram férias coletivas.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) destacou em 2009 que o desempenho do setor automotivo puxou a maior queda da produção industrial na comparação mensal, que retraiu mais de 12% de novembro a dezembro. As medidas tomadas em resposta à crise pelas montadoras afetaram as autopeças, que dependem do ritmo das montadoras e muitas vezes trabalham com encomendas (GUIMARAES, 2009).

“Em janeiro, as vendas de veículos demonstraram pequena recuperação em relação ao mês de dezembro, de 1,5%. De outro lado, a produção em dezembro foi fortemente marcado pela pisada no freio das montadoras, que cortaram 47,1% da produção de dezembro ante novembro.” (GUIMARAES, 2009).

As iniciativas de estímulo atingem a produção acumulada das montadoras e na medida em que essas não produzem, o setor de autopeças é duramente atingido. Também como veremos no capítulo 3, os trabalhadores e o emprego desse setor é que serão mais duramente atingidos.

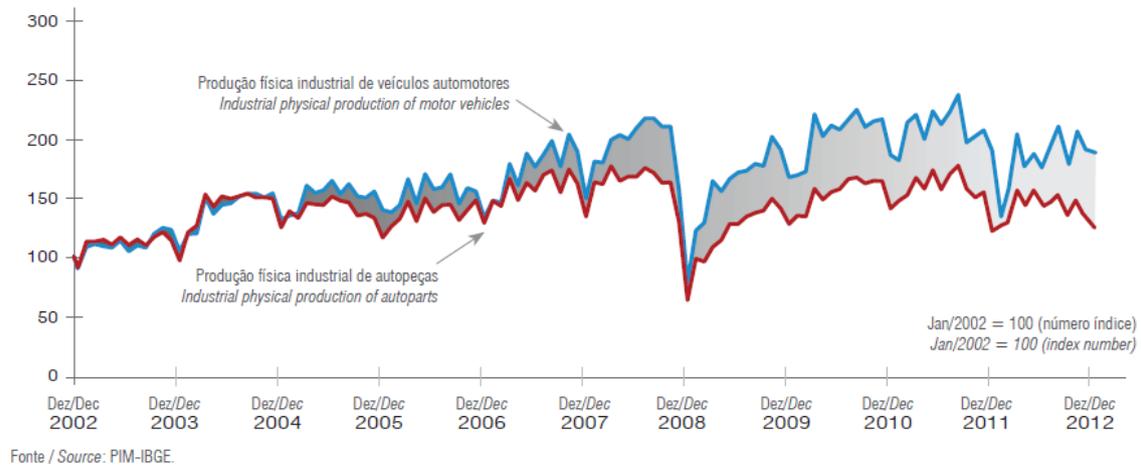
Podemos ver o comportamento da produção e do emprego para a produção de autoveículos e de autopeças para conferir esses movimentos. São usados aqui os dados da ANFAVEA e do SINDIPEÇAS.

O gráfico 1.9 abaixo, retirado do Desempenho das Autopeças 2013, é bastante ilustrativo de como caminham de forma diferenciada a produção de veículos automotores em comparação com a produção de autopeças. Apesar de atingidas pelos mesmos movimentos, o nível é descompassado entre as duas desde meados de 2004, ou seja, a produção automotiva está a níveis superiores que a de autopeças.

Gráfico 1.9¹¹

¹¹ Retirado de SINDIPEÇAS (2013).

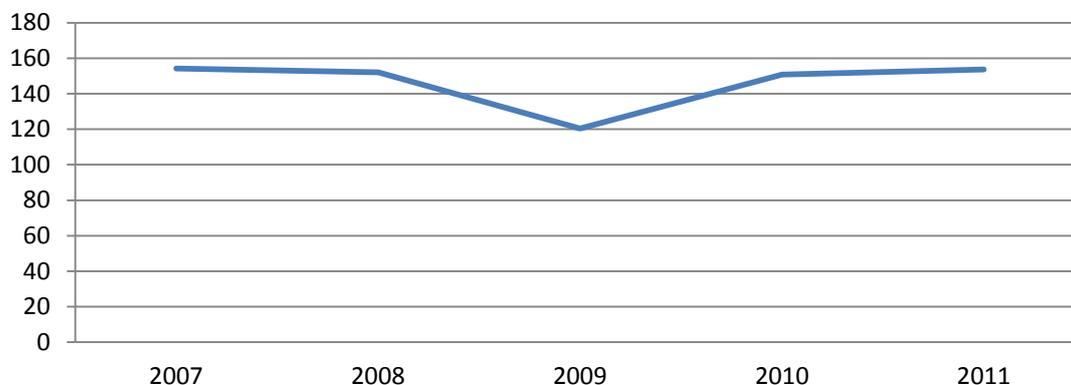
Produção física industrial / Industrial physical production – 2002/2012



Vendo também a oscilação da produção industrial no setor, é marcante a queda resultante da crise, assim como a demora na sua recuperação. Como se trata de um índice que retrata todo o ano, a produção de 2009 fechou em um patamar bastante inferior ao de 2008 e os esforços de recuperação resultaram numa produção, em 2010, no mesmo nível que a de 2008.

Gráfico 1.10

Produção Física Industrial - Peças e Acessórios para Veículos Automotores



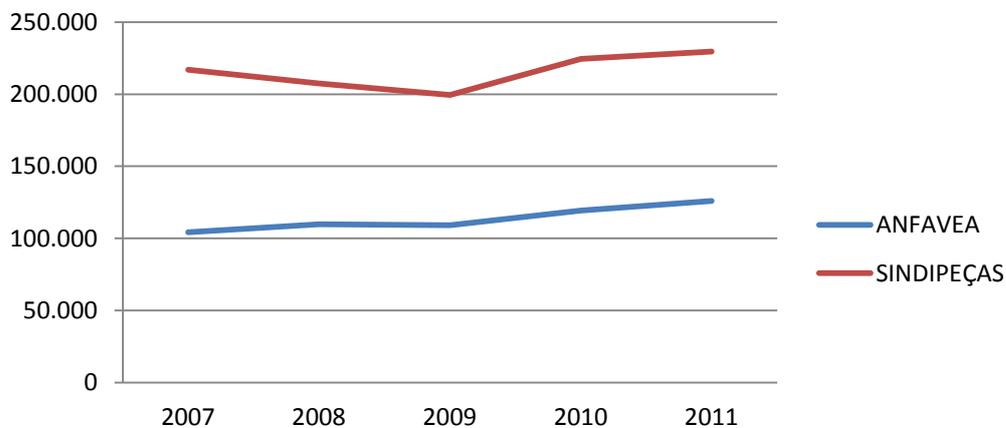
Fonte: Sindipeças. Elaboração própria.

Variável: Produção física industrial (Número índice). Tipo de índice: Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100).

Também é notável a diferença na resposta do nível de emprego. Como podemos ver no gráfico 1.11, que trata do saldo anual, a movimentação do emprego foi mais pronunciada nas autopeças que na autoveículos.

Gráfico 1.11

Gráfico X - Emprego nas Indústrias de Autopeças e Autoveículos (2007-2011)



Fonte: Anfavea e Sindipeças. Elaboração própria.

1.9 Debate sobre as medidas anticíclicas

Há diferentes perspectivas quanto à efetividade das políticas adotadas como resposta à crise assim como quanto à condução da política econômica do governo Lula. Na discussão sobre a autonomia dos diferentes governos nacionais em criar mecanismos para a resposta à crise econômica recente, Pochmann coloca que aqueles países que mais avançaram no processo de desregulamentação estão mais frágeis no meio da turbulência. Ressalta também a importância da interrupção do processo de liberalização e privatização da economia brasileira na década de noventa, representada pelos governos do PT, para a resposta aos efeitos da crise no Brasil. Os bancos públicos, as estatais e a diversificação comercial que resistiram à onda de privatizações e desestruturação dos noventa foram de fundamental importância para fazer frente aos impactos da crise. (POCHMANN, 2009).

Os mecanismos de resposta do Brasil frente à crise foram diferentes daqueles adotados à crise financeira de 1998, que produziu, segundo Pochmann, uma “profunda recessão”. Dada a política anticíclica, em 2008, houve uma “relativa estagnação”. O autor coloca as diferenças entre países como México – que concentrou seu comércio internacional com poucos países – e o Brasil – que diversificou seus parceiros comerciais. As diferentes concepções dos governos nas duas crises quanto ao papel do Estado também foram um diferencial para a resposta à estas duas crises. O papel do crédito e a redução da carga tributária assim como das estatais que, mesmo na crise, mantiveram os planos de investimento relativos ao PAC foram aspectos essenciais da resposta do governo à crise mais recente. (POCHMANN, 2009b).

“Sem a crise de 2008, o Brasil, possivelmente, não precisaria ter tomado medidas ousadas, que terminaram por solapar a lógica do tratamento da recessão econômica por meio das receitas neoliberais. É por isso que 2009 se tornou o ano da virada que consolida outro caminho de desenvolvimento que não seja o da reprodução do passado.”. (POCHMANN, 2009b).

Já segundo o IEDI, o processo de crescimento no Brasil de antes e depois da eclosão da crise, mascara processos como o da desindustrialização – entendida como perda de longo prazo da densidade da indústria. Determinante desse processo seria a falta de uma política industrial. Para a análise do processo de desindustrialização seria necessário olhar a economia no longo prazo e não somente a conjuntura recente – a qual, com seu bom desempenho oculta processos mais profundos de mudança econômica. (IEDI, 2010). O IEDI também aponta para uma relação entre crescimento do PIB e crescimento da indústria de

transformação, como se poderia verificar pelo gráfico do IPEA (2010carta conjuntura junho) abaixo.

Filgueras e Gonçalves (2007 apud FILGUERA; GONÇALVES, 2009) colocam que as políticas tomadas pelo governo Lula tendem a reforçar o avanço das estruturas de produção e também dos padrões de inserção internacionais retrógrados, o que aumentaria a vulnerabilidade externa estrutural do país. Filgueiras e Gonçalves colocaram o seguinte sobre a conjuntura do período antes da crise:

“as circunstâncias internacionais favoráveis não são aproveitadas, pelo Governo Lula, para reduzir estruturalmente a vulnerabilidade externa do país. Muito pelo contrario, embalado por elevados superávits comerciais, o modelo liberal periférico (MPL) tem se mantido intacto, abrindo ainda mais a conta financeira do balanço de pagamentos. Assim, a eventual reversão da atual conjuntura – caracterizada por grande liquidez internacional e por uma fase ascendente do comércio-, que favorece enormemente as exportações de todos os países da periferia, inclusive o Brasil, terá impactos decisivos sobre a dinâmica da economia brasileira. Essa mudança, que poderá ocorrer a partir da desaceleração das economias americana e chinesa, cada vez mais articuladas comercial e financeiramente, terá um efeito desestabilizador tanto maior quanto mais frágil for a inserção internacional de cada país.”. (FILGUERA; GONÇALVES, 2007 apud FILGUERA; GONÇALVES, 2009).

Os que diziam que o Brasil estaria “blindado” da crise internacional se baseavam em três fatores: o Brasil teria menor dependência das exportações para os EUA; o elevado nível de reservas; e, o dinamismo da absorção interna. Mas, quanto ao primeiro argumento, a diversificação das exportações se deu para países também dependentes dos EUA (México e China). O terceiro coloca que a demanda interna brasileira atuaria como amortecedor em uma retração da demanda externa, porém, a inserção do Brasil no comércio é retrógrada, sendo dependente das commodities – que na crise sofre abalo de preços – e, mesmo na indústria, há setores fortemente dependentes do mercado internacional. Os autores colocam:

“A crise brasileira já era prevista bem antes da eclosão da crise internacional. Lamentavelmente, o trabalhador brasileiro será a principal vítima (principalmente, via desemprego e perda de renda) da crise em decorrência das políticas equivocadas do Governo Lula e da vulnerabilidade externa estrutural do país. A adesão da grande maioria dos analistas ao otimismo irresponsável também tem influência nesta ‘morte anunciada’ da economia brasileira frente à crise global. Lamentável é saber que perdemos as oportunidades criadas pela fase ascendente do ciclo internacional (2003-07). É bem provável que a crise brasileira só esteja começando.

O Brasil 'anda para trás' tanto na fase 'boa' quanto na fase 'ruim' da economia mundial. A explicação para este fenômeno decorre da interação de três processos: a extraordinária vulnerabilidade externa da economia brasileira; as características do modelo liberal periférico que tem sido implementado no país desde o final dos anos 80 e o aprofundamento nos governos FHC e Lula; e, os erros e equívocos das políticas e estratégias do governo Lula nos dois mandatos. Em síntese, vale repetir o fato: tanto na fase de Ascenso quanto na fase de descenso do ciclo econômico internacional, a economia brasileira fica atrás do conjunto dos países em desenvolvimento. É o Brasil que 'anda para trás'." (FILGUERA; GONÇALVES, 2009).

O debate sobre os impactos da crise no Brasil, assim como das medidas tomadas pelo governo do PT são bastante controversas. Mas o debate econômico está ligado ao político e sindical na medida em que as direções concordarão ou não com a atuação governamental. Na crise recente, como veremos no capítulo 3, foi nítido o apoio do SMABC à atuação de Lula na crise. O reforço à essa atuação, no SMABC, se deu com entrevistas e matérias na Tribuna Metalúrgica contendo a opinião do então presidente e dos participantes de seu governo.

O estudo da economia dos períodos em questão, a década de 1990 e a crise de 2008 tem sua importância para contextualizar as ações do sindicato, ou seja, qual a conjuntura da economia e quais medidas estavam sendo tomadas em relação ao setor metalúrgico. Como vimos, os dois são períodos bastante distintos para o setor automotivo, assim como a natureza das crises. Dadas as diferentes conjunturas política e econômica, o que buscamos entender é por que a atuação do sindicato teria permanecido a mesma.

Capítulo II – Origem e trajetória do SMABC

Nesse capítulo buscamos entender o surgimento do SMABC e suas estratégias nos anos 1980 e 1990. Entender a importância do sindicato e entender qual é a nova estratégia utilizada e sua justificativa é necessária para fazer a comparação com as respostas dadas à crise recente.

2.1 O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

O sindicato dos Metalúrgicos da região do ABC assumiu grande protagonismo na luta sindical no Brasil, especialmente durante o período de redemocratização. Foram os principais atores do que ficaria conhecido como “novo sindicalismo”, sendo referência de atuação para diversos outros movimentos. Da série de greves iniciadas em 1978 que organizaram, assim como do amplo movimento pró-redemocratização do qual participou até a sua atuação recente na crise que atingiu o Brasil em 2008, verifica-se uma grande mudança no seu discurso, na sua forma de organização e até na sua proposta de projeto para o país – expressa em suas reivindicações mais amplas. O que se busca com esse capítulo é entender, historicamente, onde se localizam as mudanças que afetaram o modo de pensar do sindicato que influenciaram tão decisivamente a sua pauta e o seu modo de organizar os trabalhadores.

2.2 O Sindicalismo Internacional

No momento em que entra em cena o SMABC o sindicalismo internacional já se encontra em outra etapa do seu desenvolvimento. Retomando a participação do sindicalismo na formação das economias centrais, Oliveira destaca que o protagonismo alcançado pelos sindicatos no pós-guerra estava sob a pressão de um “compromisso fordista” (LIPIETZ apud OLIVEIRA, 2011, p. 199) em que a manutenção dos empregos, os aumentos de salários e o poder de consumo crescente foram obtidos em troca da subordinação às práticas de trabalho do fordismo. Aproximadamente uma década depois começam a surgir movimentos de manifestação de grupos que estavam insatisfeitos e/ou excluídos dessa ordem social que se havia formado com o Welfare State, como o movimento pelos direitos civis nos EUA e os movimentos feministas, associados aos trabalhadores que participavam do pacto fordista. O que seria uma reativação das lutas dos

trabalhadores dentro do Welfare State e do taylorismo/fordismo, na década de 80 irá se calar pela “chantagem” do desemprego. (OLIVEIRA, 2011, p.200-201).

Uma nova ordem econômica e política surge e traz novas formas de organização da produção que vem ganhando espaço desde os anos 80. A flexibilização, tanto da função como da jornada, e as novas formas assumidas pelas relações de trabalho irão afetar a consciência e organização de classe alcançada pelos trabalhadores no momento anterior. Nas palavras do autor:

“As identidades coletivas (de solidariedade de classe, de profissão) sofrem o efeito desagregador da integração individual à empresa, através de sofisticadas técnicas de intimidação e envolvimento.” (OLIVEIRA, 2011, p.204).

As novas formas de organização do trabalho que acompanharam o surgimento do neoliberalismo foram letais à organização sindical herdada do fordismo. Cai o número de sindicalizados e também o número de greves:

“Os fatores que vêm produzindo um fenômeno generalizado de dessindicalização, seja ao concorrerem para a corrosão das bases históricas da organização sindical, seja ao dificultarem a conquista de novos espaços de ação e organização, poderiam ser assim sintetizados: elevado patamar de desemprego, crescente precarização e desestabilização das relações de trabalho (provocados por diversas formas de desregulamentação e flexibilização dos contratos de trabalho); expansão relativa do setor de serviços em detrimento do setor industrial, concorrendo para uma maior heterogeneização e fragmentação das relações de trabalho; redução no número médio de trabalhadores por empresa; maior facilidade de deslocamento por parte das empresas, possibilitando-lhes fugir para áreas de menor ou nenhuma tradição sindical (greenfield) etc.” (OLIVEIRA, 2011, p.207).

Muitos autores destacam as dificuldades enfrentadas pelos sindicatos atuarem devido à ascensão do individualismo em lugar da ação coletiva, das novas formas de gestão do trabalho pelas empresas e também pelo novo perfil de trabalhador. Assim, se verificarão novas formas de representatividade sindical, como negociações coletivas descentralizadas concentradas nas unidades fabris, além das “práticas de concessão”, em que o sindicato abre mão de direitos já conquistados. (OLIVEIRA, 2011, P.210).

O sindicalismo internacional estaria passando por uma etapa que está diretamente atrelada à aceitação do receituário neoliberal na execução da política econômica nacional. Os países da Europa e EUA passaram primeiramente por esse movimento de globalização e de mudança na condução da economia. Com o fim do pacto social que norteou a condução do estado de bem estar, as premissas de eficiência

econômica e de mínima intervenção do estado na economia trarão como consequência ao mundo do trabalho a redução de direitos e a instabilidade. Novas formas de contrato, mais flexíveis, e grandes movimentos de terceirização colocarão novas pautas na agenda do dia dos sindicatos.

2.3 O sindicalismo do ABC na década de 80

Diferentemente da etapa de desestruturação pela qual passava o sindicalismo mundial, o sindicalismo brasileiro estava no auge da sua reorganização na década dos 80. Porém, as perspectivas que tinham para o futuro do trabalhador brasileiro eram bem diferentes das que se concretizariam uma década depois e diferentes também, da própria proposta do sindicato anos depois. A guinada sofrida na orientação e estratégias sindicais no mundo esteve diretamente ligada à mudança na condução econômica, de welfare state para liberalismo. No Brasil verificaremos, dez anos depois, a mesma tendência para a CUT e para o seu maior e mais importante sindicato, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

É no final da década de 70 em que entra em cena politicamente o sindicalismo do ABC paulista, mas nos 80 enfrentará uma conjuntura político-econômica marcante. O período em questão ficaria conhecido como a “década perdida”, com a economia enfrentando período hiperinflacionário associado ao estrangulamento externo, escassez de divisa e de financiamento e baixas taxas de crescimento, principalmente quando comparada ao período anterior de “milagre econômico” nos 70.

A ditadura militar desde 64 no controle da política brasileira impunha uma série de restrições à organização popular. Buscando conter a organização dos trabalhadores, a estrutura sindical criada no período Vargas será mantida durante o regime, adaptando o seu uso de forma a deter controle sobre os líderes dos sindicatos.

“A maioria dos dirigentes sindicais acomodou-se bem a essa situação, que na verdade decorre dos próprios fundamentos da estrutura sindical criada pelo Estado Novo. Alimentados pelo imposto sindical e sem a presença desestabilizadora de mobilizações conflitivas nas bases fabris, esses dirigentes atuam como gerentes de um aparelho burocrático com funções assistenciais.” (SADER, 1988, p. 180).

O surgimento de um novo sindicalismo passa pela crítica dessa estrutura então vigente e da postura de lideranças sindicais acomodadas, “aí tivemos a emergência de uma corrente sindical renovadora, nitidamente minoritária durante os anos 70, que começou a questionar a organização sindical e a ser reconhecida como ‘sindicalismo autêntico’ ou ‘novo sindicalismo’.”. (SADER, 1988, p. 180). Os sindicatos que vão estar

ligados a esse novo sindicalismo têm como cenário as grandes indústrias modernas – principalmente as automotoras - que resultaram do processo de industrialização pesada resultantes do modelo desenvolvimentista de décadas anteriores. A abertura política iniciada na metade dos 80 contribuiu para a organização do movimento ao permitir um clima de luta pela redemocratização e de retomada de direitos – incluindo aqui o da organização autônoma dos trabalhadores.

“O ‘novo sindicalismo’ se beneficiava do clima da distensão política. Mas isso quer não se acomodava passivamente aos projetos de ‘abertura’ do governo, mas sim que explorava suas possibilidades. Apoiava-se numa mobilização existente nas bases e que carecia de amparo legal.” (SADER, 1988, p. 183).

Na década de 80 a economia mundial passa por uma reorganização, depois do fim do padrão dólar e dos choques do petróleo, em que a alternativa encontrada para a saída da crise foram as políticas de caráter neoliberal. No mesmo período, o Brasil vive o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista e do padrão de financiamento (GALVÃO, 1996, p. 14). É nesse período de crise econômica e política (fins do regime militar) que aparece na cena política brasileira o “novo sindicalismo”.

“As mudanças no movimento sindical brasileiro iniciaram-se nas novas cidades industriais e nas grandes fábricas mecânico-metalúrgicas que tinham se desenvolvido nos anos 50/60, especialmente nas indústrias automobilísticas de São Bernardo do Campo. Disposta a recuperar a imagem dos sindicatos, desgastada em virtude das práticas colaboracionistas promovidas pelos dirigentes pelegos, essa nova liderança sindical procurou uma maior aproximação com as bases, assimilando as formas de resistência engendradas por elas, ao mesmo tempo em que buscava organizá-las.” (GALVÃO, 1996, p. 30).

As mudanças na economia com a crise do milagre econômico, a abertura gradual do regime militar e a campanha por redemocratização ajudam a entender o resurgimento do movimento sindical no final da década de 70. As grandes greves que se iniciam em 1978 são marca do início dessa nova mobilização em que houve uma relação na qual a crise da ditadura permitirá a retomada das atividades grevistas ao mesmo tempo em que estas acelerarão o retorno à democracia (GALVÃO, 1996, p. 31). Há uma particularidade quanto ao recurso à greve pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo que era a sua preocupação em integrar toda a categoria nas mobilizações:

“Apesar do recurso às greves por empresa fazer parte das atividades de qualquer sindicato, sendo utilizado por sindicalistas de diferentes orientações político-ideológicas, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema se caracterizou justamente por promover greves gerais da categoria, como havia feito em 1979 e

1980. Ou seja, o grande diferencial do “novo sindicalismo” era uma postura crítica em relação às negociações fragmentadas e a prioridade dada às negociações conjuntas, que tivesse um alcance o mais amplo possível. Essa atitude unificadora se baseava na concepção de que a aglutinação de forças, de uma só categoria ou até mesmo de um grupo de categorias, fortalecia a ação sindical, como as experiências do final da década haviam demonstrado.” (GALVÃO, 1996, p. 35, grifo nosso).

Mesmo existindo diferenças dentro da categoria metalúrgica esse fato não os impediu que se unissem nas campanhas salariais de fins dos anos 70 – que seguem durante os 80 - e para combater o regime militar. Geralmente as mobilizações iniciavam nas montadoras e “o procedimento do sindicato era, então, forçar a extensão da contraproposta feita pelas montadoras às pequenas e médias empresas metalúrgicas, o que, algumas vezes, não se conseguia.” (GALVÃO, 1996, p. 43). Está relacionada a esta orientação de uma organização mais ampla da classe trabalhadora a criação de uma Central Única dos Trabalhadores, a CUT. A prática de acordos por empresa continuou existindo, mas era essa busca por homogeneização o fator distintivo da prática sindical no período. (GALVÃO, 1996, p. 44).

2.4 O sindicalismo do ABC na década de 90

Os primeiros presidentes eleitos de forma direta após a ditadura já começam as reformas de cunho neoliberal. Privatizações, abertura financeira e comercial e reduções do gasto público eram o que as agências de financiamento internacional colocavam como necessário para inserir o país na globalização. A abertura traz para o Brasil tanto empresas internacionais quanto um grande fluxo de importados que, objetivando dar um choque de competitividade na nossa estrutura produtiva, resulta na verdade em sua destruição. O desmonte das indústrias nacionais e a concorrência força a adoção das novas técnicas de gestão, que visavam, entre outras coisas, maior flexibilização do trabalho e redução de direitos.

A constituição de 88 previa a participação de representantes dos trabalhadores e dos empregadores em órgãos públicos. A CUT logo ocupou seu assento e passou a reivindicar espaço em outros conselhos tripartites.

“Com isso, o sindicalismo da CUT demarcou um contraste com sua política predominante nos anos 80, quando recusava qualquer forma de participação na gestão das políticas públicas, sob a alegação de que tal implicaria em reconhecer a legitimidade do Governo Sarney e em assumir uma corresponsabilidade na gestão do capitalismo.” (OLIVEIRA, 2011, p. 225).

Aquele sindicalismo que surgiu na luta da redemocratização mudou do conflito aberto para a negociação e participação institucional:

“O novo sindicalismo, após um período de enfrentamentos abertos com empresários e governos, ao mesmo tempo em que vê garantidas as liberdades políticas básicas, vai conquistando reconhecimento institucional no novo arranjo jurídico-político. De um lado, o sindicalismo CUT adquire um perfil cada vez mais institucional e, de outro, uma nova institucionalidade passa a prever espaços de participação com certa abertura às organizações da sociedade, na forma de conselhos, comissões, fóruns. Resulta daí uma ampliação da participação sindical no plano institucional. Através de tais espaços, busca influir em políticas públicas sociais, de desenvolvimento, industriais etc., inclusive no sentido de procurar complementar e/ou compensar as perdas ocasionadas pela reestruturação produtiva e políticas neoliberais.” (OLIVEIRA, 2011, P. 225).

Nesse novo contexto institucional de espaços tripartites e de uma nova etapa do sindicalismo, um grande marco foram as Câmaras Setoriais. O primeiro acordo da indústria automotiva foi firmado em 1992 e resultou do encontro de governo, empresários e trabalhadores, todos propondo soluções para superar a crise do setor nos anos 90. O acordo da câmara setorial deixou clara a divisão existente entre a categoria metalúrgica já que industriais que participaram do acordo diziam não terem condições de acompanharem as políticas salariais e de emprego das montadoras, aprofundando o movimento de fragmentação sindical. A visão dos líderes sindicais sobre as câmaras era diferente da exposta, já que colocavam a importância dos acordos para a recuperação do setor e manutenção do emprego, o que colocaria os sindicatos em uma melhor posição para negociação, dado que em períodos de demissões e de crise a mobilização fica dificultada. (GALVÃO, 1996, p. 89- 96)

Quanto à reforma trabalhista, já desde o governo Collor se propunham reformas de cunho neoliberal, afetando os direitos herdados da época varguista:

“O governo Collor, no impulso das reformas liberalizantes, por meio de um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional, propôs alterar a legislação trabalhista, como foco na organização sindical e nas negociações coletivas. Chegando em meados de 1992 sem avanços, o governo criou a Comissão de Modernização da Legislação do Trabalho, visando retomar a iniciativa. Em seguida veio o impeachment e, com o governo Itamar, a indicação de Walter Barelle (economista oriundo do Dieese) para o Ministério do Trabalho. Na sequência, foi lançado um debate nacional sobre o futuro das relações de trabalho e a possibilidade de um contrato coletivo nacional (Antonio de Oliveira, 2002).” (OLIVEIRA, 2011, p. 231).

A vitória de FHC nas eleições de 1994 significou a reafirmação de um projeto neoliberal para o Brasil. A estabilidade da moeda será o foco do governo e quanto ao combate ao desemprego “o Governo passou a adotar sucessivas medidas visando a supressão de direitos sociais e a flexibilização das relações de trabalho, argumentando que com isso reduziria custos com ‘encargos sociais’” (OLIVEIRA, 2011, p. 238). Com grande impacto para o sindicalismo que se havia organizado até então, a Medida Provisória de junho de 1995 proibiu a indexação de salários, devendo estes serem fixados através da livre negociação. Durante o seu governo, as privatizações avançaram a passos largos. A previdência foi reformada e foram criadas leis restringindo as greves em setores considerados essenciais (OLIVEIRA, 2011, p. 238-240).

Assim, as pautas para o sindicalismo mudaram com a virada da década. O desemprego, decorrente da quebra da indústria nacional, está posto como o grande desafio dos sindicatos. As reformas nos direitos trabalhistas e as ações no sentido de flexibilização deterioraram as condições de trabalho ao mesmo tempo em que dividem os trabalhadores. Diante dos novos desafios colocados no contexto das reformas do período FHC, o sindicalismo da CUT enfrentará um acirramento das suas divergências internas:

“O setor majoritário defendeu a formulação ‘resistência propositiva e disputa de hegemonia’, visando dar base a um projeto de ‘reformas populares’ a ser apresentado à sociedade pela CUT, acompanhado de sugestões de políticas industrial, agrícola e agrária, de desenvolvimento sustentável, de saúde e seguridade social, de educação. Os setores minoritários viram aí uma atitude ‘conciliatória’. Ao invés, a CUT deveria reforçar seu compromisso com o socialismo. Condenaram a participação da Central nas negociações sobre a Reforma da Previdência e no Conselho Nacional do Trabalho (órgão tripartite instalado por iniciativa do MTE).” (OLIVEIRA, 2011, p. 246).

Diante das reformas liberalizantes, a CUT se vê em uma situação em que se põs em cheque os direitos herdados desde os tempos de Vargas em prol da desregulamentação e de um maior controle do estado sobre a atividade grevista, a central então “passa a assumir uma postura mais de defesa do que de questionamento da legislação trabalhista e sindical” (OLIVEIRA, 2011, p. 260). A fragmentação que sofre a classe trabalhadora, entre aqueles com contrato estável e os de contratos precários tornam difícil a execução do projeto original da central de “representação do conjunto da classe trabalhadora” (OLIVEIRA, 2011, p. 260). Segundo Oliveira, o sindicalismo do ABC nessa nova conjuntura:

“(…) rearticulou suas estratégias de ação em três frentes principais: optando pela negociação da reestruturação produtiva; buscando diversificar sua agenda e estabelecer novas formas de inserção na

sociedade; promovendo mudanças no seu projeto organizativo.” (OLIVEIRA, 2011, p. 266).

O SMABC optou, segundo Oliveira, por uma “reestruturação negociada”, que se iniciou com sua participação na Câmara Setorial Automotiva. Depois de 1995 essa estratégia passa a contar com negociações por empresa, debatendo PLR, redução da jornada, banco de horas, terceirizações, planos de demissão voluntária (PDV), tendo como ponto central a preservação do emprego, com uma atitude defensiva (OLIVEIRA, 2011, p. 267). Também coloca:

“ (...) o sindicalismo do ABC lançou-se na busca de uma nova forma de inserção na sociedade, diversificando sua agenda de preocupações, ampliando sua participação em espaços públicos, instituindo novas frentes de ação. Um marco quanto a isso foi o I Congresso dos Metalúrgicos do ABC, ocorrido em 1993, ocasião em que foram fundidos os Sindicatos de Metalúrgicos com sedes em São Bernardo e em Santo André.” (OLIVEIRA, 2011, p. 270).

Na mesma perspectiva de negociação e em um contexto de guerra fiscal, que ameaçava os postos de trabalho surge a Câmara Regional do ABC:

“Com o fim das Câmaras Setoriais e diante da crescente desindustrialização do polo industrial mais importante do país, o sindicalismo do ABC identificado com a CUT (metalúrgicos, químicos, bancários, servidores municipais etc.) protagonizou a criação da Câmara Regional do ABC, para discutir e influir sobre o futuro do desenvolvimento regional. Criada em 1997, se propôs, como fórum público não estatal, envolvendo o Governo do Estado, as 7 prefeituras da Região, parlamentares e representantes de diversas organizações da sociedade civil (empresariais, sindicais e outras). Conforme Daniel (2001), a Câmara Regional foi criada com o objetivo de ‘elaborar e implementar ações dirigidas a uma estratégia de revitalização econômica para a região’. Inicialmente, formaram-se grupos de trabalhos temáticos, para produzirem propostas de acordos regionais. Seleccionadas as propostas prioritárias, seguiu-se a realização dos primeiros acordos regionais (...)” (OLIVEIRA, 2011, p. 271).

Com a virada da década, a CUT – que tinha como principal sindicato os Metalúrgicos da região do ABC – se vê diante de um novo contexto. A desregulamentação das relações de trabalho aliadas à crise da indústria automobilística (abalada pela concorrência internacional que veio com a abertura do país) levou a demissões pelas montadoras e ao mesmo tempo flexibilização dos contratos. A participação em fóruns tripartites e a mudança de estratégia do sindicato levarão a uma atuação “propositiva”, em que se buscará saídas para os desafios enfrentados pelo setor de forma coletiva, em que a participação nas Câmaras Setoriais é um exemplo disso. O sindicato assume, nessa conjuntura, uma postura defensiva, em que a luta pela preservação dos postos de trabalho

se dá a qualquer preço, negociando ceder direitos já conquistados. Como resultado, temos, no final da década de 90, um sindicato muito menos combativo, usando o instrumento da greve de forma diferente da década de 80.

Para a eleição de Lula em 2002, houve uma ampliação da política de alianças, buscando uma composição eleitoral que fora além do núcleo do conhecido como “campo democrático e popular” (ARAUJO; OLIVEIRA, 2011, p. 91). Frente às demandas sociais, às demandas do empresariado e às exigências do capital financeiro o governo:

“se colocó, no la tarea de tornar realidad el proyecto de mudanza en los términos que alimentó históricamente, si no el desafío de emprender una ‘transición’ sin ‘rupturas’. Fue dada a él la misión de conducir un proyecto de gobierno capaz de preservar la estabilidad monetaria, seguir en parte la agenda de ‘reformas’ del gobierno anterior (con destaque para la reforma de la Seguridad Social), retomar el crecimiento económico, tornar efectiva una política de recuperación gradual del salario mínimo, emprender políticas sociales claramente dirigidas a los más vulnerables y patrocinar un pacto social envolviendo a los principales segmentos organizados de la sociedad.” (ARAUJO; OLIVEIRA, 2011, p. 92).

O sindicalismo como um todo nessa conjuntura tinha então duas opções segundo Araújo e Oliveira, que seria ou consolidar-se como um sujeito autônomo disputando os destinos do país ou identificar-se com o governo e contar com suas decisões. A CUT vai sofrer com a desfiliação de importantes sindicatos ao mesmo tempo que será criada uma nova central sindical ligada ao PSTU, a Conlutas. Esses acontecimentos ampliam ainda mais a fragmentação da cúpula do sindicalismo brasileiro (ARAUJO; OLIVEIRA, 2011, p. 98). A CUT, apesar das críticas de setores do sindicalismo à política econômica do Lula, decide apoiá-lo nas eleições de 2006, sendo a única central que tomou uma postura clara em favor de algum candidato nessas eleições:

“Además de resaltar los avances ‘inequívocos’ obtenidos bajo el referido gobierno, destaca también el avance democrático representado por la abertura de canales de diálogo que, ‘si no consiguió aún la cualidad e institucionalidad que reivindicamos’, permitió mejorar de modo sustancial las relaciones entre el gobierno y el movimiento sindical.” (ARAUJO; OLIVEIRA, 2011, p. 99).

No governo Lula se verificou uma melhora dos indicadores do mercado de trabalho, principalmente quando comparados ao período anterior. Há um aumento da renda, principalmente devido ao aumento do número de empregos formais e pelo aumento do salário mínimo, assim como das políticas de transferência de renda. Porém, mesmo com essa melhora do cenário econômico, o número greves registradas no período declinaram e seguiram contando com um caráter propósito.

“En relación a la explicación sobre la reducción del conflicto huelguista en un contexto más favorable a los trabajadores, es posible sugerir como hipótesis que, además de la persistência de dificultades para la movilización como consecuencia de todas las mudanzas del mundo del trabajo, el apoyo de los sindicatos vinculados a las principales centrales sindicales del gobierno, conjuntamente con la mudanza de estrategia de la CUT, en una dirección más negociadora y de propuesta, contribuyó para la menor disposición de los dirigentes sindicales a radicalizar las negociaciones y emprender esfuerzos para llevar a sus representados a un cruzar brazos.” (ARAUJO; OLIVEIRA, 2011, p. 104-105).

Nos anos 2000, diferentemente da pulverização sindical na base que ocorreu nos 90 – ou seja, nos sindicatos – a fragmentação agora se dá também na cúpula do movimento, com a criação de inúmeras centrais sindicais. Também se pode destacar que no governo Lula o sindicalismo adotou outra postura:

“Pues, si en el período anterior el movimiento sindical se encontraba en una posición de resistencia defensiva, bajo la presidencia de Lula se colocó, grosso modo, en una actitud pasiva y de expectativa frente a las iniciativas del gobierno.” (ARAUJO; OLIVEIRA, 2011, p. 109).

As mudanças enfrentadas pela central e pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC são centrais para a compreensão da sua atuação na crise econômica de 2008. O caráter de suas principais propostas e sua abertura às negociações – com sindicatos patronais e governo - estão diretamente relacionadas com a mudança na sua orientação na passagem dos anos 80 para os 90.

Capítulo III – Respostas do SMABC à crise econômica recente (2008-2009)

Nesse capítulo se busca analisar as respostas sindicais tomadas pelo SMABC à crise econômica de 2008. Como vimos no capítulo 1, a crise atingiu fortemente o setor industrial e a produção de automóveis. As particularidades levantadas dos subsetores – como caminhões, ônibus e autopeças – serão importantes nesse capítulo na medida em que houve um comportamento diferenciado do emprego dentro da base do sindicato. O objetivo é analisar as ações tomadas pelo sindicato e, assim, verificar a proximidade dessa atuação com a década de 1990.

Como foi visto no capítulo 2, a década de 90 ficou marcada por uma nova conjuntura e mudanças na forma de atuação do sindicato. Essas mudanças levarão a uma estratégia que busca a negociação, muitas vezes fragmentada por empresa, com o patronal ou com o Estado.

Levantadas as respostas à crise e verificada a estratégia do SMABC, no final do capítulo serão analisadas as atuações tendo como referência o seu significado na sua trajetória político sindical.

3.1 Desdobramentos após a eclosão da crise

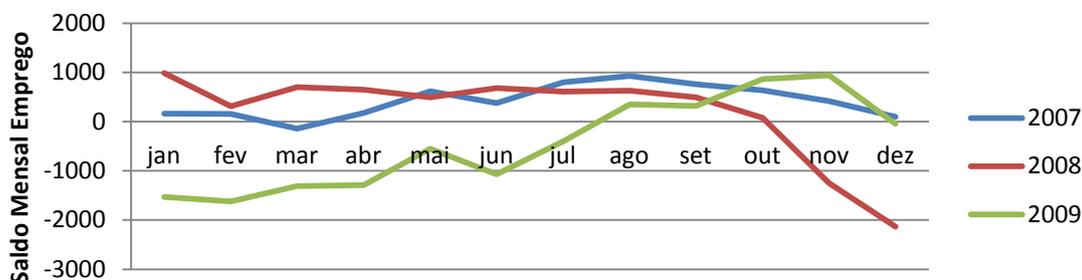
Logo da eclosão da crise são poucas as referências quanto às suas consequências sobre a base metalúrgica. As referências feitas à crise se dão no sentido de explicar sua origem e consequências mais gerais, além de algumas referências a pronunciamentos do então presidente Lula, garantindo que a economia brasileira não iria ser afetada, ou ao menos, seus efeitos seriam bastante minimizados.

Porém, como podemos ver no gráfico 3.1 a crise atingiu fortemente a base do SMABC. A parte as leves variações cíclicas anuais, o emprego foi duramente afetado a partir de setembro de 2008, atingindo o menor nível em dezembro do mesmo ano, para iniciar uma retomada que só permitiu um saldo positivo de emprego em agosto de 2009.

Gráfico 3.1 ¹²

¹² Elaboração a partir de dados do CAGED/MTE levantando o total de admitidos, desligados e o saldo de emprego nos subsetores de indústrias metalúrgica, mecânica, de materiais elétricos e comunicação e das indústrias de materiais de transporte (segundo divisão adotada pelo IBGE) que compõem a base de cobertura do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e São Bernardo dos Campos) entre janeiro de 2007 e dezembro de 2010.

Saldo Mensal (Admitidos - Desligados) do Emprego nas indústrias e cidades bases do SMABC



Fonte: MTE/CAGED. Elaboração Própria.

O quadro 3.1 permite ver a relação das iniciativas tomadas, mês a mês, pelo sindicato, sejam por empresa, gerais – com outros sindicatos, centrais ou movimentos - ou de política pública. A maior parte das referências à crise começou a aparecer no final de 2008 e, ao princípio de 2009 já estão presentes em quase todas as Tribunas.

3.2 Após o boom: 2008

Logo após a eclosão da crise são escassas as referências na Tribuna dos seus efeitos – ou possíveis efeitos – no Brasil, nem ao menos na base metalúrgica. As notícias – escassas – relatam sobre o cenário internacional. A primeira menção à crise se dá em setembro de 2008, na edição nº 2537, em que a Tribuna Metalúrgica anuncia na capa “Pregação Neoliberal vai para o Espaço”.

Quanto às campanhas salariais, que estavam acontecendo quando estoura a crise, não há nenhuma menção ou impacto da crise nas suas negociações. Um resumo da campanha salarial de 2008 tendo por base a Tribuna Metalúrgica é feita pelo site “ABC de Luta” e está disponível no anexo.

Em outubro de 2008, houve férias coletivas na GM e na Fiat, mas a referência feita ao fato foi pontual e o colocado é que tais férias não tem relação com a crise no mercado interno, e sim, à questões específicas das montadoras (como o desaquecimento da demanda externa da GM).

Em novembro de 2008, Lula se reuniu com as Centrais Sindicais e outros movimentos sociais, em que as centrais levaram suas reivindicações que foram no sentido de propor

Obs: com a comparação anual do saldo de admitidos e desligados, podemos desconsiderar possíveis movimentos cíclicos, já que o ano de 2007 representaria um período pré-crise.

políticas - como pode ser visto no quadro 3.2. Na edição nº2575 a Tribuna também comenta esse encontro, colocando a posição de seus dirigentes de que o diálogo com o governo deveria ser constante e não somente em momentos de crise.

Quadro 3.2.

Principais propostas das centrais – Encontro com Lula 26/Nov/2008. Fonte: Tribuna Metalúrgica, nº 2573.

- Reduzir a jornada sem reduzir os salários;
- Ratificar e fazer cumprir a convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que coíbe demissões arbitrárias;
- Usar recursos públicos para investimentos que ampliem o nível de emprego;
- Ampliar os programas sociais;
- Reduzir os juros, que ainda são os mais altos do mundo;
- Implantar um programa de substituição de importações;
- Exigir contrapartidas sociais, especialmente a preservação de empregos, de setores beneficiados com recursos públicos;
- Garantir a continuidade da política de valorização do salário mínimo;
- Assegurar o cumprimento da Agenda do Trabalho Decente.

A *5ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora* foi realizada pelas centrais sindicais no começo de dezembro e, para o SMABC, contava com a palavra de ordem “Desenvolvimento com valorização do trabalho” – o que é uma mostra de como são as bandeiras levantadas para momentos de incerteza como o de então. (Tribuna nº2577).

No grupo das ações de políticas públicas, o SMABC também promoveu, em novembro de 2008, um “Ato em Defesa do Crédito” na agência do Banco Real. Segundo Sérgio Nobre, então presidente do sindicato, os bancos paralisam a economia ao segurarem o crédito que poderia ser destinado à produção e o consumo. (Tribuna 2561, 5 nov).

O sindicato também se reuniu com a Volkswagen e a empresa afirmou que manteria os investimentos e os lançamentos previstos, esperando retomar os níveis de produção anteriores. (Tribuna, nº 2576). Esta é uma das poucas matérias no ano de 2008 em que se coloca a questão da diminuição da produção em consequência da conjuntura, porém, nenhuma menção é feita sobre queda do nível de empregos. Sempre bastante presente é a colocação do sindicato quanto à necessidade de negociação, tanto com o governo como quanto com os empregadores.

Quadro 3.1

		Setembro 2008	Outubro 2008	Novembro 2008	Dezembro 2008	Janeiro 2009	Fevereiro 2009	Março 2009	Abril 2009
			Férias Coletivas na GM e na Fiat						
Acontecimentos			Desaquecimento demanda externa da GM						
Mobilizações	P o r e m p r e s a	Mobilizações - protestos, paralizações, indicativos de greve e greves naqueles que não conseguem acordo - por empresa relacionadas à campanha salarial			Reunião com Volks	Primeiro jornal do ano: Mobilizações realizadas no final de 2008 contra demissões	Acordo fechado com TRW	Acordo realizado e já cancelado com Kostal	Cancelado acordo com Transtechnology
						Mobilização contra as demissões na TRW	Acordo Brasmeck	Ato contra 120 demissões na Ifer	
						Mobilização Proema contra demissões	Paralisação Max Precision e Special Quality contra demissões	Protesto contra 68 demissões na Isringhausen	
						Acordo de Estabilidade para o 1º trimestre na Fiamm e Sogefi	Acordo Rassini	Revertidas 78 demissões na Federal Mogul contrapartida lay off	
						Mobilização devido demissões na Magneti Marelli	Paralisação Mahle	Cancelado acordo com Delga	
						Nova paralização na TRW (29/jan)	Greve Max Precision e Special Quality contra demissões	Primeira capa "Sinais da Retomada"	
						Paralisação na Federal Mogul contra 81 demissões	Férias Coletivas na Ford Caminhões e Mercedes Benz	Houve aumento real de salário em 2008	
						Acordos com Fiamm, Sogefi e Proxylon (30/jan).	Acordo B.H. Autometal pela manutenção emprego	Defesa da redução de IPI mas com manutenção	
							Fim Greve Max Precision e Special Quality contra demissões	Anúncio de desemprego motiva ato	
							Acordo Pinças Grassi	Cancelado acordo com Altwin	
						Acordo ABR	Cancelado acordo com Metalpart		
						Manifestação contra 180 demissões na prensa Schuler			
						Acordo Faparmas			
						Acordo Metalpart			
						Chamada pra Ato contra crise/CUT	Acordo CUT e Abimaq		
						"Os trabalhadores e trabalhadoras não pagarão pela crise" - campanha CUT	Ato Volks - parte Campanha Nacional em defesa do emprego e salário		
		Com outros sindicatos/Centrals		Reunião das Centrais com Lula					
		Com outros Movimentos			2ª Jornada Cidadã do ABCD Maior	5ª Marcha à Brasília	FSM 2009		demissões
							Decisão de ação conjunta entre Sindicato Metalúrgicos Santo André e SMABC na luta pelos postos de trabalho na região		
							Atos da CUT pedem queda da taxa I		
						SMABC coloca que redução I's foi devido à sua mobilização			
Ação Políticas Públicas				Ato em Defesa do Crédito				Seminário " O ABC do Diálogo e do	
				Pauta apresentada ao governo junto com movimentos sociais para propor enfrentamento crise - Propostas para proteger n e y				Redução do IPI com contrapartida da manutenção	

3.3 As ações em 2009

A partir de janeiro de 2009 o tema da crise se faz presente em quase todas as tribunas, seja fornecendo opiniões ou explicações à base sobre o andar da economia, seja propondo atos ou acordos, decorrentes de demissões ou de ameaça de demissões frente às incertezas da crise, que levaram - como visto no capítulo 1, à queda na produção.

No correr da análise das Tribunas é notável como são diferentes os efeitos entre autopeças e montadoras, assim como, no grupo das montadoras, entre as produtoras de automóveis e aquelas produtoras de caminhões e ônibus.

Num primeiro momento a crise atingirá mais fortemente as autopeças – que tem os contratos com as montadoras cancelados devido à incerteza. O efeito da redução do IPI na produção vai demorar a surgir, dados os níveis de estoques com que as montadoras vinham trabalhando antes da crise. Só a partir de 2009 também é que o sindicato começa a apontar para a necessidade de políticas específicas para o setor produtor de ônibus e caminhões – que são bens de capital e não foram beneficiados pela redução de IPI, que visava a estimular a demanda interna.

3.4 Respostas por empresas: autopeças

Na primeira tribuna de 2009 temos o relato das mobilizações resultantes da demissão de 210 funcionários da TRW, em Diadema, no final de dezembro de 2008. A mesma edição anuncia as mobilizações na Proema que, segundo o sindicato, rompeu unilateralmente as negociações e demitiu 65 funcionários. As demissões ocorreram também na Proxon e, como resposta, o sindicato realizou um ato que buscava retomar as negociações e a recontração dos 35 trabalhadores. (Tribuna nº2582).

Em fevereiro de 2009, o sindicato anuncia o acordo com a TRW, no qual são canceladas 86 demissões e há um “pacote com indenização” para os desligados, que inclui 3 meses de salário, 6 meses de cesta básica e convênio médico, além de estabilidade no emprego por 90 dias para os que permanecem na empresa. (4/fev).

Nas autopeças Fiamm e Sogefi, o sindicato fechou em janeiro de 2009 um acordo de estabilidade para o primeiro trimestre de 2009. Realizaram protestos também devido às demissões na Magneti Morelli. (Tribuna nº 2585).

A Federal Mogul, que teve queda nos pedidos feitos pelas fábricas de motos, tinha acordado com o sindicato de cancelar o turno de sábado, se comprometendo, com

isso, a não demitir. Descumprindo o acordo, a empresa demitiu 81 trabalhadores e foi realizada uma paralisação. (30/jan).

Foram realizados acordos também com Fiamm, Sogefi e Proxylon. A conquista de estabilidade no emprego por 90 dias e vale compra teve como contrapartida a redução da jornada semanal (com ou sem redução de salário?). Sobre esses acordos o sindicato coloca que garantem “emprego e renda”. (a notícia pode ser verificada pela imagem 3.2 do anexo). (30/jan).

A CUT e Abimaq fizeram uma proposta conjunta, na qual a estabilidade dos trabalhadores do setor estaria garantida se o PIS/Cofins e o ICMS deixassem de ser pagos por 4 meses, o que diminuiria o preço das máquinas – a notícia pode ser conferida no anexo 3.3. (3/fev) Também foi fechado um acordo entre a CUT e a Assimpi (Associação Nacional dos Sindicatos da Micro e Pequena Indústria). (4/fev).

Foi fechado um acordo com a empresa Brasmeck, que adiará a construção de um restaurante para agosto em troca da garantia de emprego para 90 trabalhadores, vide figura 3.5 do anexo. (5/fev).

Houve paralisação na Max Precision e Special Quality contra 49 demissões e pelo pagamento da segunda parcela do 13º de 2008. (6/fev). A greve terminou com pagamento aos demitidos e recebimento da segunda parcela da 13º. (11/fev).

Foi fechado acordo na Rassini, com redução da jornada e do salário, que seria compensado nos 2 meses seguintes por vale compras de R\$100 e R\$150, conforme o salário. Em troca, os 638 trabalhadores tiveram estabilidade no emprego por 60 dias. Vide anexo 3.7. (10/fev).

Um dos instrumentos para manutenção do emprego são as férias coletivas, que foi utilizado na Ford e na Mercedes Benz. Interessante notar, no final da matéria – anexo 3.8, a colocação do sindicato, que expressa o norte tomado para as ações contra a crise: “A diretoria do Sindicato defende que, além das coletivas, todos os mecanismos relacionados à jornada de trabalho sejam utilizados para evitar demissões.”. (10/fev).

O acordo fechado com Autometal flexibilizou a jornada via banco de horas em prol da manutenção de emprego. Após ter licença remunerada e férias coletivas no final de 2008, a solução encontrada conjuntamente foi o banco de horas. Anexo 3.9. (11/fev)

Foi fechado acordo na Pinças Grassi, em que houve manutenção da renda e estabilidade no trabalho por seis meses, com jornada reduzida. Anexo 3.10. (12/fev).

Acordo na ABR pela manutenção do emprego até 30 de junho estabeleceu folgas às sextas-feiras, sendo que as horas não trabalhadas seriam compensadas por vales-compras, por cinco meses. Anexo 3.12. (17/fev). Na prensa Schuler, frente à ameaça de demissões foi aberto um processo de PDV.(18/fev).

Na Faparmas, a estabilidade de 16 meses veio em troca de não trabalhar no carnaval, compensados pela segunda parcela da PLR de 2008. Na Metalpart houve banco de horas e redução da jornada e do salário, que seria compensado, segundo o sindicato, pela sua devolução em outubro e novembro. Tanto a Faparmas e a Metalpart são fornecedoras pra a Mercedes –Benz. (18/fev). Anexo 3.13. Foram estabelecidas férias coletivas na Mahle, após paralisações. (20/fev).

A estratégia do sindicato foi buscar manter o emprego, aceitando realizar diversos tipos de acordos, tais como redução da jornada e salário, banco de horas, férias coletivas, licença remunerada, troca de remuneração por vale alimentação etc, realizando diversas mobilizações para forçar a negociação com a empresa. Em primeiro plano, como pode ser observado no quadro 3.1., a ação concreta do Sindicato deu-se fundamentalmente por empresa como uma reação às ameaças de demissões ou após efetivação dos desligamentos.

3.5 Reversão acordos

Com a retomada da economia, começaram a ocorrer diversos acordos que foram revertendo negociações emergenciais efetuadas para manutenção do emprego, como podemos observar nos casos abaixo relacionados.

A Fiamm, ainda em fevereiro, anunciou o fim da redução da jornada – como tinha ficado estabelecido em acordo. (20/fev). A Polistampo também antecipou o acordo de redução de jornada, devido a retomada da produção. (26/fev).

A Proxyon também suspendeu o acordo, em março, devido à retomada da produção. (6/mar).

Também foi cancelado o acordo com a Delga, devido à recuperação do setor automotivo. A GM de São Caetano antecipou o retorno de 300 metalúrgicos que estavam com licença remunerada, devido à retomada da produção. (18/mar).

Houve suspensão de contratos na Magneti Marelli, como forma de evitar as demissões, já que os pedidos da GM americana despencaram, quando a empresa

dedicava grande parte de sua produção para ela. Também na Magneti Marelli já foram negociados PDV e licença remunerada. (26/fev). Anexo 3.14.

Na Federal Mogul 78 demissões são revertidas. Também foi cancelado, de tais trabalhadores a suspensão do contrato (lay off) de cinco meses. Passam a receber o seguro desemprego e tem o salário normal complementado pela fábrica. Para os demais trabalhadores foi firmado banco de horas e estabilidade por 3 meses.

Até 03/abril foram cancelados acordos de redução da jornada e do salário com 9 empresas: Transtechnology, Metalpart, Altiwin, Ife, Delga, Proxyon, Fiann, Polistampo e Kostal.

3.6 ABC do Diálogo e do Desenvolvimento

O SMABC realizou em março o seminário “O ABC do Diálogo e do Desenvolvimento”, que se propunha a discutir alternativas para a região nesse momento de crise, buscando manter a atividade econômica e o emprego, assim como rearticulação da Câmara Regional do ABC¹³. Tal evento é amplamente divulgado antes e depois de sua realização, sendo colocado pelo sindicato como um grande passo no enfrentamento da crise. A programação do evento e seus participantes podem ser conferidos no quadro 3.1 do anexo. (tribuna 2615 e 2616).

Dentre as notícias sobre a realização do Seminário, verificam-se as propostas levantadas pelos próprios envolvidos, como por exemplo:

- Luiz Marinho (então prefeito de São Bernardo pelo PT) defende ampliação da concessão de empréstimos pelo BNDES às pequenas empresas;
- A ANFAVEA aponta para o destino da produção ao mercado interno, principalmente logo da eclosão da crise;
- A então ministra chefe da casa civil, Dilma Rousseff, também participou do seminário e colocou que o governo manteria os investimentos com vistas a incentivar o desenvolvimento e combater os efeitos da crise – via PAC, BNDES e Petrobras, por ex – também destacou o papel do mercado interno para a superação da crise;

¹³ A Câmara Regional do ABC veio como desdobramento da Câmara Setorial com a finalidade de articular na região, como todas as forças políticas e poderes municipais, um plano de preservação da indústria.

- Sérgio Nobre, então presidente do SMABC, colocou na abertura do evento que seu objetivo era criar uma “agenda positiva que reúna trabalhadores, empresários e os governos municipal, estadual e federal” (trib 2615), também “protestou contra as demissões, que reduzem o poder de compra dos trabalhadores, e os altos juros, que impedem o crédito chegar a quem precisa” (trib 2615).

Segundo a Tribuna, para o então vice presidente do sindicato, Rafael Marques, o Seminário “reproduziu em seu espaço os melhores momentos da Câmara Regional do ABC como fórum de discussões sobre os problemas comuns às nossas sete cidades.”. (trib 2616) O sindicato então busca novamente um método já usado durante a década de 1990, agora em um novo contexto. (notícia 15).

O Seminário aprovou a Carta do ABC, que segue pode ser visualizada na figura 3.16 do anexo. (trib 2616). Os resultado dos consensos dos grupos de trabalho durante o seminário assim como a continuidade de tópicos mais extensos “comporão material de trabalho para a reinstalação imediata da Câmara Regional do Grande ABC, que será o fórum de articulação para a consolidação e implementação das propostas anexas a essa carta.”. (trib 2616). A crise teria sido o estopim para novamente unir os atores sociais da região em busca de soluções conjuntas.

3.7 Outras Ações Gerais

- Com outros sindicatos/Centrais

O SMABC é ligado à CUT (Central Única de Trabalhadores), assim, as medidas mais gerais de combate à crise estão dentro das ações da central em questão. A Tribuna nº 2586 é dedicada à chamar os trabalhadores ao ato organizado pela CUT, em que as principais reivindicações colocadas são as que seguem, tituladas “Doze motivos para os metalúrgicos irem à rua” no quadro 3.3.

Quadro 3.3

Doze motivos para os metalúrgicos irem à rua – Tribuna nº 2586

- Defender nossos empregos.
- Lutar contra a retirada de direitos.
- Exigir do Banco Central a queda dos juros.
- Cobrar do governo contrapartidas sociais às empresas que receberam incentivos fiscais.
- Lutar contra a redução dos salários.
- Exigir o fim da agiotagem e da especulação no sistema financeiro.
- Desmascarar os empresários e banqueiros que transferem para os trabalhadores a conta da crise, mesmo com os bolsos cheios após o lucro dos últimos anos.
- Cobrar a manutenção dos investimentos para garantir o crescimento e desenvolvimento econômico.
- Construir uma política de enfrentamento de crises.
- Regular a cobrança do imposto sobre grandes fortunas para financiar projetos sociais.
- Acabar com a ganância dos banqueiros que, apesar da ajuda do governo federal, sumiram com o dinheiro que deveria garantir o crédito ao consumidor e especulam para lucrar com a crise.
- Combater a farsa dos empresários, que registraram recordes históricos de produção, vendas e lucros nos últimos cinco anos, mas insistem em repassar ao trabalhador a conta de uma crise que suas matrizes criaram nos Estados Unidos e Europa.

Em janeiro de 2009 a CUT começa a campanha “Os trabalhadores e trabalhadoras não pagarão pela crise”, em que são realizados diferentes atos. (20/jan). As pautas sempre envolvem também questões de política pública, ou seja, atos em defesa do emprego e da renda, da redução dos juros. Corrente também na argumentação do sindicato é rebater a proposta de redução da jornada com redução de salário, colocando as perdas que isso traria à vida do trabalhador e argumentando que as empresas tiveram grandes lucros nos últimos anos e que não havia motivo para os trabalhadores arcar com os efeitos da crise. Em chamada pra ato em 10/fev a pauta colocada é a que segue - como pode ser verificada pela figura 3.1 do anexo:

- Redução drástica da taxa de juros;
- Queda do spread bancário;
- Fim da rotatividade no emprego;
- Liberação do crédito;
- Redução da jornada sem redução do salário;
- Contrapartidas sociais.

- Ações com outros movimentos

Quase não há ações com outros movimentos. Além da participação no Fórum Social Mundial, o “Ato Internacional Unificado contra a crise e as demissões”, em diferentes estados, é realizado no final de março, com outras centrais e movimentos, e reivindicava redução dos juros, defesa dos direitos trabalhistas, mais investimentos em políticas sociais e a redução da jornada sem a redução de salários.

- Ações no campo da Política Pública

Em matéria sobre uma reunião do sindicato com o presidente Lula, o então presidente do sindicato, Sérgio Nobre coloca que o diálogo nessa crise deveria ser como foi realizado no contexto da Câmara Setorial dos anos noventa:

“Para o presidente do Sindicato, essa ação é mais que urgente, já que existe muita gente dando palpite errado sobre a crise. Isso acaba criando um ambiente que desagrega. Por isto, precisamos ter um diagnóstico adequado sobre a conjuntura econômica e, a partir daí, decidir qual o caminho a seguir. Essa ação poderá ser semelhante à Câmara Setorial, que existiu nos anos 1990’. Sérgio Nobre acredita que é preciso fazer um debate mais amplo sobre as medidas emergenciais e de longo prazo a serem adotadas para vencer a crise.” (Tribuna nº2589).

O SMABC também reconhece que a crise afeta de maneira diferente as diversas empresas, seja por recorte de tamanho ou por setor, e coloca que o setor de autopeças foi o que mais tinha demitido até fevereiro. (3/fev).

Há notícias colocando o aumento de trabalho nas montadoras, assim como seu bom desempenho em geral. Tal situação contrasta com a das autopeças e outras indústrias que estavam negociando demissões no pós-crise.

Interessante constatar essa diferença entre o setor automotivo e o de autopeças. Mesmo na Tribuna Metalúrgica, enquanto as autopeças estão demitindo ou negociando acordos por passarem por uma situação complicada, as notícias do crescimento das vendas de automóvel aparecem na mídia sindical. Dentro da sua base, durante a crise, o sindicato lida com duas realidades diferentes – a da autopeças e a das montadoras. Interessante notar a notícia “Mercado aquece e falta carro para pronta entrega”, de 5/fev, anexo . A questão do aquecimento das montadoras é visível também na matéria 3.5 do anexo, na qual é anunciado o início de um terceiro turno na Rolls-Royce.

3.8 Ações especificidades Caminhões e Ônibus

O sindicato coloca, em 10/fev, a questão da diferença de resposta à crise: a produção de ônibus e caminhões segue crescendo desde o final de 2008, porém o ritmo das vendas decresceram. Já os automóveis – que tiveram suas vendas estimuladas pela redução de IPI – retomaram suas vendas e sua produção.

A especificação dos problemas das produtoras de ônibus e caminhões – notadamente bens de capital, expostos, portanto, às incertezas do investimento no contexto de crise, diferentemente do automóvel (que é bem de consumo) só começam a aparecer em março. A partir de então o sindicato começa a pedir por medidas específicas de estímulo ao setor para além da redução do IPI. A Ford anunciou em março um PDV. (31/mar). (anexo 3.18).

Em 31 de março o sindicato coloca que se aprovou a continuidade da política de redução do IPI tendo como contrapartida a manutenção do nível de emprego. Coloca-se a ressalva quanto à produção de ônibus e caminhão, que não foi favorecido pela redução de IPI. Já em 01/abril é notícia a liberação de R\$ 1 bilhão do FGTS para a aquisição e renovação da frota de ônibus urbano em 2009. Faltaria ainda alguma medida específica para os caminhões que, mesmo se enquadrando na redução de IPI, não respondeu da maneira esperada. (notícia 3.17)

3.9 Ações na Recuperação

Tribuna de 19/mar é a primeira a colocar na capa que há uma recuperação da economia e do emprego, o que parece tratar da economia como um todo, pois, como vemos no gráfico 3.1, o emprego na base do SMABC só voltar a ter um saldo positivo entre admitidos e desligados em julho de 2009. Na Tribuna seguinte, o clima mantém-

se de otimismo, já que a capa é “78% dos acordos salariais tiveram aumento real de 2008”, divulgando o resultado do estudo do Dieese.

O tema da prorrogação da redução do IPI aparece em 24/mar. O sindicato é favorável à sua manutenção desde que com a contrapartida da manutenção do emprego. Interessante destacar:

“Apesar de não ter impedido as demissões, especialmente no setor de autopeças, a redução do IPI, realizada pelo governo federal no final do ano passado como uma das medidas anticrise, impulsionou a venda de automóveis nos dois primeiros meses deste ano.” (Tribuna Metalúrgica, 24/mar/2009).

Portanto, uma das principais medidas anticíclicas utilizada pelo governo com vistas ao setor automotivo não foi efetiva na manutenção do emprego em toda a base metalúrgica. E foi possível visualizar o fato dada a quantidade de demissões e acordos por empresa do ramo de autopeças. Ou seja, se as montadoras vinham trabalhando com estoques, dada a crise, a paralisação da produção afetou os contratos de fornecimento pelas autopeças. A redução do IPI e o estímulo creditício às vendas de automóveis tiveram seus efeitos, já que é notável a manutenção das vendas de automóveis durante todo o período. Porém, dada a incerteza, as montadoras retraem sua produção, com vistas a liquidar seu estoque, e só a partir daí retomariam a produção e os contratos com as autopeças. Haveria então, uma lacuna temporal, entre a aplicação de medidas anticíclicas e seu real efeito sobre a base, dada a existência de estoques.

3.10 Análise das ações

Quanto à comparação da atuação na década de noventa e nos anos 2000, é amplo o debate sobre os rumos tomados pelo sindicalismo brasileiro, especialmente no que tange à CUT. Fato é que o sindicalismo continua ativo, como foi possível verificar na atuação em resposta à crise econômica recente. Participação em atos, indicativos de greve, mobilizações, acordos: instrumentos presentes e utilizados para lidar com os problemas enfrentados pela base metalúrgica, o que inclusive aparece como um diferencial em relação aos noventa.

Para Boito, Galvão e Marcelino, há uma recuperação da atividade sindical pós 2004 devido à mudanças na conjuntura econômica, política e ideológica.

“Na base, a ação grevista vem se mantendo num nível razoavelmente alto e a grande maioria das greves tem permitido ganhos reais de salários; na cúpula do movimento, a

disputa política acirrou-se com o surgimento de cinco novas centrais sindicais.”. (pg 38).

Porém, a luta operária e popular passou por um período de acomodação política na década de dois mil, em que a luta reivindicativa não refluí, mas a luta contra o capitalismo neoliberal perdeu terreno. A luta do conjunto dos movimentos sociais nos anos 80 teria retardado a implantação do neoliberalismo no Brasil. Os noventa foram de refluxo e os anos 2000, marcados pelo governo do PT - agora munido com um programa conciliatório com o neoliberalismo - são o período da acomodação política.

“Essa acomodação política não significou o desaparecimento das lutas. As greves operárias e de trabalhadores de classe média e as ocupações de terra pelo movimento camponês mantiveram-se num nível elevado na década de dois mil.”. (pg 36).

Podemos fazer a ligação dessa interpretação com a atuação do SMABC, que permanece ativo na organização dos trabalhadores, porém já não conta com as mesmas bandeiras da sua origem. Ou seja, se na sua constituição o sindicato unificava os trabalhadores e aliava as lutas com os demais movimentos sociais - como na luta pela redemocratização – a guinada na sua atuação nos anos noventa, significou não o fim da luta, mas a mudança de instrumentos e ideários. A atuação propositiva e por empresa deixou de unificar a categoria em prol de grandes mudanças de esquerda, ficando a atuação marcada pela manutenção do emprego. Nos anos 2000, o que verificamos é a manutenção da utilização dessas estratégias criadas na década de 1990, mesmo se tratando de outra conjuntura.

Quanto ao movimento sindical, os autores colocam que a política econômica e a cooptação de dirigentes que marcaram o governo Lula, teve influência nas suas ações. É destaque o papel da CUT e, outra vez, podemos ligar a interpretação à ação do SMABC.

“A repressão do governo Collor e Cardoso foi substituída por uma política de pequenas concessões e, principalmente, de aproximação com as lideranças dos movimentos. A política econômica do governo teve impacto no movimento operário e sindical. As centrais sindicais, inclusive a CUT, acomodaram-se ao neodesenvolvimentismo – uma política de desenvolvimento limitada pelo caráter financista do modelo neoliberal e voltada, crescentemente, para a exportação. Acomodaram-se, também, graças à política de cooptação do governo. Centenas de sindicalistas ou ex-sindicalistas assumiram cargos em ministérios, na administração pública e em diretorias de empresas estatais. O governo Lula reformou também parte da legislação sindical, de modo a dotar à direção das centrais sindicais de um controle maior sobre as suas bases e de modo a provê-las com fundos financeiros vultuosos.”.(pg 37).

É evidente a proximidade do SMABC à Presidência da República, na medida em que sindicalistas que também participavam do partido e assumiram cargos no governo. Assim, a maior abertura ao diálogo possibilitada pela eleição de Lula – em oposição à falta de diálogo no período de FHC – pode ser inserida dentro de uma política mais ampla de governo e de buscas de apoio. Não necessariamente a maior abertura ao diálogo possibilitou maiores ganhos aos trabalhadores.

“Mas há, de fato, uma diferença entre a *base* do movimento sindical – que sofre diretamente os efeitos do modelo capitalista neoliberal e tende a reagir por meio dos instrumentos sindicais clássicos como a greve – e as organizações de *cúpula*, muito distantes, no caso do Brasil, dos problemas do ‘chão de fábrica’ e mais propensas a se enredarem em acordos com o governo e o patronato. Foi a eleição de Lula em 2002 que modificou a relação entre movimento sindical e governo. O Governo Fernando Henrique Cardoso enfrentara a oposição do setor mais combativo do sindicalismo brasileiro. Hoje, as duas maiores centrais sindicais brasileiras, CUT e Força Sindical, fazem parte da base de apoio ao governo.”. (pg 44-45).

Os autores chamam de social-liberalismo a junção do neoliberalismo com medidas paliativas, que angariam simpatia “junto à população empobrecida pelo próprio modelo capitalista neoliberal”. (pg 37).

“O neodesenvolvimentismo e o social-liberalismo combinam a manutenção do capitalismo neoliberal com recuos secundários frente às aspirações populares. Trata-se de uma atualização de tradição política brasileira de confiscar a insatisfação popular e integrá-la num pacto burguês construído no alto.”. (pg 37).

Dentre as mudanças que aprofundam a acomodação política da CUT, os autores destacam duas ordens de fatores. Devido a muitos militantes da CUT participarem também do PT, quando Lula assume muitos da Central passam a participar do governo e com isso fica difícil manter a autonomia “frente a um governo que não apenas havia ajudado a eleger e com o qual se identificava, mas que contava com a participação direta de lideranças cutistas.”. (pg 46). Também foram criados organismos tripartites - tão demandados pelo sindicalismo cutista: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT).

A visão de Galvão, Boito e Marcelino é bastante crítica à atuação do PT, da CUT e do SMABC. Porém, há autores que veem de uma forma positiva a atuação do sindicato, inclusive colocando como positivas as novas estratégias de atuação dos anos noventa e a manutenção do seu uso atualmente. É o caso de Ramalho e Rodrigues (2010), para os quais o acúmulo que o sindicato obteve nos anos 90 em termos de organização e luta foi indispensável para a resposta à crise de 2008. O sindicato

estaria agindo de acordo com uma “postura sindical proativa” há duas décadas, o que significa que atua no sentido de “enfrentar as dificuldades criadas pelo desemprego, a ‘precarização’ das relações de trabalho e a terceirização da atividade industrial.”.(pg 340 iram e José Ricardo). Durante os processos de deslocamento e “enxugamento” das fábricas do ABC, o SMABC passou a ser “reconhecido defensor dos interesses dos trabalhadores(pg 342)”. O argumento empresarial era de que a região era “o lugar do atraso’ e das ineficiências geradas pelo antigo modelo de industrialização.”. (pg 342).

Tal argumento contrasta com o de outros atores, que destacam a década de noventa como uma virada negativa na atuação do sindicato, que passa de combativo para propositivo. A questão colocada não é somente a manutenção da ação sindical, mas sim seu conteúdo e importância na esfera das lutas sociais. Durante os anos noventa houve continuidade na organização do SMABC, inclusive com grandes greves e ganhos reais de salário.

Em relação às consequências da reestruturação industrial, houve iniciativas como a “Câmara Regional do ABC” e o Fórum da Cidadania do Grande ABC (1994). A participação dos trabalhadores e do sindicato em espaços tripartites, assim como propondo alternativas para o setor e para a economia em conjunto é valorizada por Ramalho e Rodrigues que apontam também os resultados concretos das negociações, como a instalação de um Polo de Plásticos e Cosméticos e a retomada dos níveis de produção em setores tradicionais da região.

“A viabilidade de todo esse processo de renovação institucional – uma mobilização coletiva para reverter o quadro de crise econômica que atingia as atividades industriais e a região do ABC – teve a participação decisiva dos sindicatos, em particular do sindicato dos metalúrgicos. Desde a experiência da Câmara Setorial da Indústria Automobilística em 1992, o sindicato dos metalúrgicos tem desempenhado um papel fundamental de formulador, negociador, coordenador, enfim, indutor de políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento regional.”. (pg 344 iram e Jose).

Ressalta a importância da inclusão de temas relacionados à crise econômica na região do ABC na pauta dos sindicatos e das novas estratégias que teriam sido impostas.

“A década de 1990, portanto, inaugura novas práticas sindicais em função das estratégias impostas pelas mudanças no processo produtivo e nas relações de trabalho. E abre a oportunidade para outro tipo de engajamento político, para além do espaço fabril, utilizando seu acúmulo político de classe para atuar em outros espaços institucionais marcados por outra lógica de interesses e de disputa de poder. Evidentemente, o

contexto de crise econômica costuma aproximar atores políticos com interesses divergentes, mas é possível considerar que a ampliação do debate econômico no espaço público, com a participação de organismos ligados aos trabalhadores, pode representar a incorporação de práticas democráticas de debate sobre interesses mais amplos da sociedade que até aquele momento pareciam inexistir.”. (pg 345).

Os autores colocam que houve uma abertura à participação sindical nos processos de discussões públicas, que foram estimuladas a partir da eleição de Lula, porém, temos que levar em conta de que se trata de uma base de apoio do governo. Além da presidência, algumas prefeituras da região do ABC voltaram para o PT em eleições mais recentes. Para Ramalho e Rodrigues, as instâncias articuladas durante os anos noventa, passam a ter, durante o Governo Lula, maior “interlocução na esfera nacional em relação à política econômica e social.”. Os canais de contato da região do ABC com a presidência se desobstruíram devido ao apoio e o “compromisso do Presidente da República com o ABC viabilizou um apoio político para iniciativas de desenvolvimento regional.”. (pg 345).

Todo esse diálogo que é possibilitado quando da eleição de Lula tem estreita relação com o ABC ser sua base de apoio e berço da sua atuação política. Mas além dos motivos econômicos e dos problemas de emprego que afetam a região, os motivos políticos têm sua força na decisão de uma resposta rápida do governo à crise ou mesmo à abertura de canais de diálogo.

Logo da diminuição da produção e do emprego – primeiros efeitos da crise de 2008, Ramalho e Rodrigues avaliam a atuação do sindicato como protagonista na busca por soluções e também ressaltam a importância dos instrumentos acumulados durante a década anterior:

“A tarefa de reunir esforços transformou os sindicatos em líderes de uma cruzada em busca de alternativas e de soluções, principalmente pela experiência acumulada na década anterior, mas também pela maior facilidade de comunicação com outras instâncias da administração pública. O protagonismo sindical nesse processo de coordenação de atores sinaliza um acúmulo específico de recursos políticos que talvez só possa ser encontrado no ABC, devido ao seu legado histórico de lutas e organização operário.”. (pg 345).

Ramalho e Rodrigues destacam o seminário “ABC do diálogo e do desenvolvimento” uma das iniciativas mais significativas como reação à crise. A proposta de reativação das câmaras setoriais durante a crise de 2008, para os autores “recupera a experiência institucional bem sucedida e consolidada durante a crise dos anos 1990.”.

A resposta dada pelo sindicato aos impactos iniciais da crise é vista de forma positiva para os autores, dada a recuperação dos níveis de emprego já em 2009. Essa recuperação, segundo Ramalho e Rodrigues, se deve em grande parte às capacidades de negociação e o acúmulo do SMABC, que funciona “como organizador e formulador de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional.” (pg 347).

Quanto à comparação entre as respostas do SMABC às duas crises:

“Em ambas as crises que atingiram a região (anos 1990 e anos 2000), a ação sindical foi proativa, no sentido de buscar alternativas para manter e criar empregos e viabilizar atividades econômicas regionais. Sua atuação política, para além das atividades corporativas, e o embate de interesses em outras instâncias públicas parecem indicar uma consolidação de práticas de articulação, iniciadas e experimentadas nos anos 1990, que retomaram o cenário político e se fizeram em função das necessidades colocadas para todos os atores instalados naquele território novamente em 2008 e 2009.” (pg 347).

Considerando os fatos, é possível observar que continua havendo dinamismo no movimento sindical do ABC. Nos desdobramentos da crise houve mobilização e ação coletiva, que podem ser classificadas como “proativas” ou como “propositivas”. Ações essas que foram facilitadas pela relação de proximidade com o Governo Federal.

A crise atingiu a produção e o emprego nas indústrias base do SMABC, que organizou respostas às demissões, já que crise e seus efeitos na região do ABC entraram na agenda do sindicato. Em um primeiro momento as demissões ocorreram de forma bastante intensa, mas aos poucos foram revertidas ao longo de 2009 e 2010. A intensificação do desemprego seria maior se o sindicato não tivesse atuado no sentido de minimizar ou postergar as demissões.

O governo, com medidas anticíclicas impediu o agravamento da crise na produção e assim, possibilitou uma retomada do emprego, o deu efetividade às negociações realizadas no âmbito das empresas. O sindicato, atuou, negociando por empresa e fechando acordos – muitas vezes com perdas de direito aos trabalhadores – porém, evitando um agravamento das demissões. Houve, por exemplo, caso de negociação de diminuição de jornada com redução de salário, substituição de salário por benefícios indiretos, redução de PLR, bancos de horas etc.

Na busca pela minimização dos efeitos da crise no emprego, as estratégias usadas foram similares às aquelas desenvolvidas na década de 1990. Com atuação propositiva, o sindicato buscou responder a crise negociando e analisando os casos por empresa – e não fez negociações envolvendo toda a categoria de forma unificada. Fez alguns atos conjuntos reivindicando que os trabalhadores não poderiam pagar pela crise, mas as ações negociadas por fundamentalmente por empresa. Não houve negociação unificada de toda a categoria metalúrgica. Também respondeu fechando acordos, negociando direitos e número de demitidos. A busca pelo diálogo com as empresas foi motivo de muitos atos e indicativos de greve.

A negociação e o diálogo com o Estado também ficou presente, inclusive na pauta de atos e reivindicações, em que muitas vezes pediam por redução de juros, a implementação de medidas anticíclicas, redução do IPI, ampliação do seguro desemprego, etc.

O maior espaço realizado nas ações iniciais em resposta a crise, segundo o próprio sindicato, também foi a busca do diálogo e da negociação com o patronal e o Estado. O Seminário do ABC do Diálogo e do Desenvolvimento reuniu representantes do governo, das empresas e do sindicato na busca de saídas para a crise na região do ABC. O Seminário, segundo o sindicato, chegou a reviver a experiência da âmara setorial, fato que foi colocado como bastante positivo.

Assim, vemos que o sindicato atuou em resposta à crise e que utilizou de instrumentos desenvolvidos nos anos 90 para tentar conter as demissões. A busca por espaços de diálogo tripartites e negociações descentralizadas foi bastante presente na atuação recente e remete à uma estratégia de atuação propositiva desenvolvida pelo SMABC na década de noventa.

Conclusão

Vivemos um momento em que muitos creem existir uma mudança no Brasil, que estaria acontecendo há mais de uma década. As presidências do PT teriam inaugurado, segundo eles mesmos, um novo período de desenvolvimento – o neodesenvolvimentismo. Essa mudança se teria dado em termos econômicos e sociais, em que o crescimento do PIB e o desempenho da economia, assim como os programas assistenciais teriam dado outra cara à sociedade brasileira, assim como teria permitido o surgimento de uma nova classe média.

A oposição a tal período seria o governo FHC. Naqueles anos começaram as políticas neoliberais, como privatização, abertura e flexibilização, em que houve desnacionalização, via aquisições e bancarrota de empresas nacionais que haviam sido expostas à concorrência internacional com a justificativa de incentivar sua modernização via concorrência.

O que se alegava era a grande ineficiência das empresas nacionais devido aos anos de protecionismo e de política industrial do desenvolvimento brasileiro. Uma indústria símbolo de tal ineficiência passou a ser a automobilística. Esta, era produtora de “carroças”, empregava a altos salários (quando comparados com a média nacional), e era berço da grande referência em sindicalismo no país: o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Todos esses fatores compunham o “custo ABC”.

A abertura econômica resolveria tais ineficiências, pois estimularia a modernização e competitividade da automobilística brasileira. O que ocorreu, na verdade, foi uma crise no setor, com fechamento de empresas e demissões. O SMABC respondeu ao novo cenário, já que sua base foi diretamente afetada.

Até então referência na luta sindical e política, o SMABC deixou a combatividade e a unidade na luta metalúrgica em prol de uma nova atuação adequada à nova conjuntura. Com essa mudança o SMABC passa a atuar de forma “propositiva”, caracterizada pela abertura ao diálogo e negociações fragmentadas por empresas na busca de soluções conjuntas, marcadamente diferente daquele sindicalismo unificado e combativo, que reivindicava demandas para a categoria como um todo e unificava as lutas sindicais e políticas do momento – como a luta pela redemocratização – em grandes movimentos de massa.

A década de noventa ficou marcada pela experiência das câmaras setoriais, que aconteceram com negociações entre Estado, sindicato e empresas. Além da câmara, em diversos momentos o sindicato reivindica a abertura de diálogo e

negociação – que passam a ser demandas frequentes e instrumentos tidos como eficientes na conquista de suas reivindicações.

Lula, eleito pela primeira vez em 2003, vivenciou a luta metalúrgica na década de 1980, foi presidente do SMABC, estava na formação da CUT e do PT, assim como foi candidato à presidência pelo seu partido na histórica eleição de 1989. Representante da demanda metalúrgica e com uma grande base de apoio na região do ABC, a sua eleição deveria significar mudanças na estratégia sindical do SMABC – que seguiu sempre vinculado à CUT – que haviam sofrido com a conjuntura neoliberal dos governos Collor e FHC.

Porém a grande mudança anunciada foi a maior abertura de canais de diálogo com o governo federal e, enquanto às estratégias, permaneceram as mesmas desenvolvidas durante a década anterior. Ou seja, a mudança para uma conjuntura totalmente desfavorável nos anos 90, tanto em termos políticos como em termos econômicos para o setor mais relevante para a base é que teria forçado a mudança de estratégias. E, em uma suposta nova conjuntura econômica e de proximidade política com o governo federal, na década de 2000, permaneceram as mesmas.

E é tal continuidade nas estratégias que se verificou na crise de 2008. Tal crise atingiu duramente a produção do setor automotivo, tanto pela complexa situação financeira das montadoras a nível internacional, quanto devido à reversão de expectativas que a crise gerou. As medidas de estímulo ao consumo, tomadas pelo governo federal, tardaram a gerar efeitos no setor como um todo, devido aos altos níveis de estoque com que vinham trabalhando as montadoras. Os trabalhadores mais afetados pelos impactos iniciais da crise então, foram os trabalhadores das indústrias de autopeças em princípios de 2009. A resposta dada pelo sindicato foi negociação por empresa em busca de acordos. Diversos acordos foram fechados e, como vimos, são bastante controversos em termos de real benefício aos trabalhadores.

A resposta aos efeitos iniciais da crise parece ter atingido seu objetivo de conter demissões, ainda que com saldo duvidoso quanto à manutenção de direitos. O emprego e a produção foram retomados a partir do final de 2009. Também é notável que, dos numerosos acordos que haviam sido fechados no momento de incerteza, vários são revertidos poucos meses após entrarem em vigência. Não coube a esse estudo a continuidade da análise aos anos seguintes, mas cabem questionamentos quanto aos impactos da crise e as medidas tomadas.

Contida via incentivo ao consumo, a demanda de automóveis tem um limite, tanto em termos de renda da população quanto em modelo de transporte nacional. As medidas anticíclicas tomadas se encaixariam em um projeto de país proposto pelo PT, pautado por uma controversa distribuição de renda.

Além da questão da inserção das medidas econômicas dentro de um projeto mais amplo de governo, fica também o questionamento sobre a mudança de conjuntura entre os 1990 e 2000 e seus impactos no sindicalismo. Ou seja, em que medida o ambiente está mais favorável ao trabalhador? A abertura ao diálogo permitida com o governo do PT representa realmente um contexto mais favorável? O que essa mudança de conjuntura e abertura ao diálogo possibilitou ganhos à base dos trabalhadores? São questões relevantes a serem pensadas e que se levantam com a discussão apresentada e que necessitariam de um trabalho específico.

Bibliografia

ALMEIDA, C.C.R.; CARIO, S.A.F.C.; MERCES, R.; GUERRA, O.F. *Indústria automobilística brasileira: conjuntura recente e estratégias de desenvolvimento*. Porto Alegre, 2006.

ANFAVEA. *Anuário da indústria automobilística brasileira*. São Paulo, 2012.

ARAUJO, A. M. C.; OLIVEIRA, R. V. *El sindicalismo brasileño en la era de Lula*. Trabajo, México, ano 5, n.8, p. 83-112.

BEDÊ, M. A. *A política automotiva nos anos 90*. In: ARBIX, Glauco.; ZILBOVICIUS, Mauro. (Org.) *De JK a FHC: a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

BOITO, A.; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. *Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000*. In: OSAL, ano X, n.26, outubro. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

BOITO, A.; MARCELINO, P. *O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000*. In: Caderno CRH, v. 23, n.59. Salvador: 2010.

CANO, W; SILVA, A.L.G. (2010) *Política Industrial do governo Lula*. Campinas, SP: Instituto de Economia, Unicamp, jul. (Texto para Discussão, n. 181).

CONCEIÇÃO, J.J. *As fábricas do ABC no olho do furacão: a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90*. 224 f. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) –Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Paulo, 2001.

FILGUERAS, L; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

GALVÃO, A. *Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1996. Mestrado em Ciência Política.

GONÇALVES, R. *Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores*. (2013). In: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/mostraArtigos.php?idprof=77&cat=1> (consultado em 05/07/2013).

_____. *Vulnerabilidade externa e crise econômica no Brasil*. (2009). In: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/mostraArtigos.php?idprof=77&cat=1> (consultado em 05/07/2013).

GUIMARAES, F. *Indústria Tem Queda Recorde Mas Autopeça Inicia Retomada*. IEDI, São Paulo, 4 fev. 2009. Disponível em: http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2009/iedi_na_imprensa_industria_tem_queda_recorde_mas_autopeca_inicia_retomada.html. Acesso em: 02 jul. 2013.

IPEA. *Políticas econômicas para a superação da crise no Brasil: a ação anticíclica em debate*. In: Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Volume 1. Brasília: Ipea, 2010a.

_____. *Carta de conjuntura*. Junho, 2010b.

_____. *Carta de conjuntura*. Março, 2010c.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. *Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial*. In: CARNEIRO, Ricardo (Org). *A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

LATINI, S.A. *A implantação da indústria automobilística no Brasil*. São Paulo: Editora Alaúde, 2007.

OLIVEIRA, R. V. *Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. São Paulo: Annablume, 2011.

POCHMANN, Marcio. *A hora e a vez do novo Estado*. (2009). In: <http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=16024> (consultado em 25/05/2013).

_____. *A virada de 2009*. In: Valor Econômico, 2010b. <http://www.rogeriorocha.ecn.br/2010/03/opiniaio-do-marcio-pochman-pres-ipea-no.html>

RAMALHO, J.R.; RODRIGUES, I.J. *Sindicato, crise econômica e estratégias regionais – novas dimensões da participação política no ABC Paulista*. In: Caderno CRH, v. 23, n.59. Salvador: 2010.

RESENDE, T. *Montadoras aumentam estoques e se preparam para setembro aquecido*. Folha Online, São Paulo, 4 set. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u619500.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2013.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, A.M.M.M.; BURITY, P. *O complexo automotivo*. BNDES: 2002.

SINDIPEÇAS. *Desempenho do setor de autopeças*. São Paulo, 2013.

SMABC. *Tribuna Metalúrgica*. Diversas edições. Disponível em: <http://www.smabc.org.br/smabc/>

Anexo

Tabela 1

Campanha Salarial 2008 – Site: ABC de Luta

Tribuna Metalúrgica nº 2484 13/06/2008

A Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT dá início à Campanha Salarial 2008. As prioridades são: uma política por aumento real compatível com o aumento da produção e valorização dos pisos profissionais.

Tribuna Metalúrgica Nº 2487 19/06/2008

Trabalhadores do Grupo 10 deverão ter uma batalha a mais que os outros grupos este ano. A cláusula que garante estabilidade ao trabalhador com seqüelas por acidente de trabalho. Esta briga com o grupo teve início em 2001.

Tribuna Metalúrgica nº 2488 24/06/2008

Sindicato realiza assembléia para aprovação de pauta da campanha salarial 2008.

Tribuna Metalúrgica nº 2492 01/07/2008

FEM/CUT entrega pauta para o Grupo 9 e a estratégia é firmar Convenção Coletiva por dois anos.

Tribuna Metalúrgica nº 2495 10/07/2008

Cerca de 2000 metalúrgicos representando 2 milhões de trabalhadores de todo Brasil realizaram ontem manifestações em São Paulo.

Tribuna Metalúrgica nº 2505 30/07/2008

Federação recusa reajuste de 7,5% o proposto pelo Grupo 8.

Tribuna Metalúrgica nº 2517 26/08/2008

Negociações da campanha salarial entram na reta final. A expectativa é que os patrões apresentem uma nova contraproposta. As propostas apresentadas pelos grupos 8 e 2 foram rejeitadas pelos trabalhadores.

Tribuna Metalúrgica nº 2519 28/08/2008

Metalúrgicos ficaram indignados com a proposta de 0% de reajuste feito pelas montadoras e pelo grupo 3 e convocam assembléia para dia 31.

Tribuna Metalúrgica nº 2522 02/09/2008

Assembléia realizada no domingo mostra mobilização da categoria e pressiona montadoras a reabrir as negociações.

Tribuna Metalúrgica nº 2525 05/09/2008

Semana com paralisações em várias empresas marcam a disposição de luta dos trabalhadores.

Tribuna Metalúrgica nº 2525 08/09/2008

Trabalhadores em assembléia aprovam proposta das montadoras e do grupo 8. A luta continua nos outros grupos.

Tribuna Metalúrgica nº 2531 15/09/2008

Em assembléia realizada na sexta-feira trabalhadores decidiram iniciar greves nas empresas do grupo 3. Novos acordos foram firmados, agora com o grupo 2 e Fundição.

Tribuna Metalúrgica nº 2532 16/09/2008

Empresas do grupo 3 procuram sindicato para negociar.

Tribuna Metalúrgica nº 2533 17/09/2008

Trabalhadores do grupo 3 decidem em assembléia retomar as paralisações por empresas. Esta decisão foi tomada após o fracasso nas negociações.

Tribuna Metalúrgica nº 2534 18/09/2008

Sindicato fecha mais sete acordos com fábricas do grupo 3 no primeiro dia de greve. Outras empresas também fizeram propostas que estão sendo analisadas pelos trabalhadores. Segundo a comissão de mobilização as greves deverão continuar.

Tribuna Metalúrgica nº 2535 23/09/2008

Trabalhadores das empresas do Grupo 3 (autopeças, parafusos e forjaria) aprovam em assembléia acordo salarial que garante 11,1% de reajuste, garantindo assim o mesmo percentual conquistado nas montadoras.

Tribuna Metalúrgica nº 2548 15/10/2008

Tem início as negociações com o Grupo 10. Os pontos principais das discussões serão a mudança da data-base para setembro e a cláusula de estabilidade para o acidentado e portador de doença profissional. A reivindicação é que os patrões acatem a decisão do TST e incluam esta cláusula na Convenção Coletiva.

3.1 – Tribuna Metalúrgica (10/fev/2009)

Veja nossa pauta e por que vamos lutar por ela:

- **Redução drástica da taxa de juros**

Menos juros significa crescimento da economia (mais produção). O Brasil tem uma das maiores taxas do mundo.

- **Queda do spread bancário**

O spread é a diferença entre os juros que o banco paga pelo dinheiro e o que cobra pelos empréstimos.

- **Fim da rotatividade no emprego**

O patrão usa a rotatividade para achatando o salário dos trabalhadores.

- **Liberação do crédito**

Os bancos aproveitaram o clima de crise para aumentar os juros e exigir mais garantias

para aprovar os empréstimos, prejudicando consumidores, pequenas e médias empresas.

- **Redução da jornada sem redução do salário**

A redução da jornada semanal de 44 horas para 40 horas abrirá mais de dois milhões de postos de trabalho.

- **Contrapartidas sociais**

Toda empresa que receber isenção de impostos ou empréstimos de bancos oficiais devem se comprometer a não demitir. Afinal, esse dinheiro é público, é do trabalhador.

Os metalúrgicos do ABC devem ficar alertas e seguir as orientações dos Comitês Sindicais e Comissões de Fábrica.

3.2- Tribuna Metalúrgica (30/jan/2009)

Acordos garantem emprego e renda

Ao contrário do que noticiou um jornal da região, o nosso Sindicato tem fechado acordos que garantem a manutenção de emprego e renda para os trabalhadores, neste momento de crise.

Os acordos assinados na Fiamm, Sogefi (do mesmo grupo) e Proxyon, autopeças de São Bernardo, são exemplos positivos alcançados pelo Sindicato.

Rendimento

Neles, a jornada semanal foi reduzida em um dia mas, em contrapartida, os trabalhadores terão estabilidade no emprego por 90 dias (até março) e vale-compra mensal até o final da estabilidade. O vale compra, que não havia em nenhuma das três fábricas, garante a manutenção da renda mensal do trabalhador.

Dos acordos constam



Antonio Lemos

Assembléia dos trabalhadores na Sogefi aprova, no dia 15 de janeiro, acordo em que garante renda mensal

a semana de quatro dias; vale-compra por três meses (Proxyon e Sogefi) e quatro meses (Fiamm), para garantir que não haja redução do rendimento mensal e estabilidade no emprego por 90 dias.

“Ainda ao contrário do publicado pelo jornal, as negociações são feitas de forma criteriosa e individualizada, respeitando a realidade de cada empresa e segmento na categoria e só

se transformam em acordos após votadas e aprovadas em assembléias”, enfatizou Sérgio Nobre, presidente do Sindicato.

Ele repetiu que a direção do Sindicato repudia a proposta de redução de jornada com redução de salário de forma generalizada como solução para a crise, porque a medida é ineficaz, perversa e recessiva, já que a crise atinge de forma diferente cada setor e cada empresa.

3.3 – Tribuna Metalúrgica (3/fev/2009)

CUT e Abimaq fazem proposta conjunta

A CUT e a Associação Brasileira de Máquinas (Abimaq) apresentaram propostas para a manutenção do emprego e do salário dos 243 mil trabalhadores do setor, tendo como contrapartida a redução temporária da carga tributária.

Pela proposta, os fabricantes de bens de capital deixariam de pagar, durante quatro meses, o PIS/Cofins ao governo federal e o ICMS ao governo estadual.

Esses impostos, que já são devolvidos aos empresários em 12 ou 24 parcelas, seriam devolvidos no ato da compra.

Na prática, isso signifi-



Luiz Aubert Neto, da Abimaq, Artur, da CUT e Grana, da Confederação dos Metalúrgicos

ca antecipar os valores que seriam devolvidos mensalmente. A proposta prevê uma queda de 20% no preço das máquinas compradas no País.

As empresas, em troca, manteriam o nível de emprego.

Agenda positiva

O presidente da CUT,

Artur Henrique, disse que a proposta servirá para criar uma agenda positiva para o enfrentamento da crise.

“Queremos mostrar que existe espaço para uma saída

que não seja demissão ou redução salarial”, disse Artur. Ele destacou que não se trata de renúncia fiscal, mas de uma desoneração temporária que vai estimular a retomada da venda das máquinas.

O presidente da Abimaq, Luiz Aubert Neto, afirmou que é contra a redução de jornada com redução salarial. “Antes de chegarmos ao limite de demitir e diminuir jornada e salário, temos outras possibilidades que estão nesta agenda positiva”, destacou.

As duas entidades vão encaminhar as propostas para o governo federal e os governos estaduais.

3.4 – Tribuna Metalúrgica (5/fev/2009)

Mercado aquece e falta carro para pronta entrega

O reaquecimento do mercado após o corte do IPI e a queda na produção provocada pelas férias coletivas nas montadoras, já provocam a falta de carros para pronta entrega nas concessionárias.

Alguns modelos que constam na lista dos dez mais vendidos — como o Gol da Volks, o Ford Ka, o Fiat Uno e o Fiat Palio — chegam a demorar até 30 dias para ser entregues em algumas lojas. A falta de carros não se restringe aos modelos 1.0. Para comprar um Vectra ou uma Meriva, da GM, o consumidor hoje leva 30 dias; já uma Zafira demanda

uma espera de 15 dias, afirma o gerente de vendas da Itororó (Chevrolet), Paulo Rogério Moreira.

Pacote

Mesmo com o reaquecimento das vendas, há previsão de um socorro financeiro do governo aos revendedores de carros. A ajuda poderá chegar a R\$ 1,25 bilhão, além de R\$ 1,25 bilhão em recursos próprios do Banco do Brasil — instituição que operará a nova linha de crédito.

A contrapartida do setor, que emprega 600 mil trabalhadores, seria manter o nível de emprego.



3.5 – Tribuna Metalúrgica (6/fev/2009)

Aumenta trabalho na Rolls-Royce

A qualidade da mão-de-obra dos trabalhadores na Rolls-Royce, em São Bernardo, foi responsável pela abertura do terceiro turno no setor de inspeção de motores, no mês passado.

“Nós alcançamos um nível de padrão mundial. Por conta disso, a matriz está mandando para cá os motores de avião que iam para a fábrica da Escócia”, disse Rogério Fernandes, da Comissão de Fábrica.

Contratações

Ele comentou que a qualidade dos trabalhadores brasileiros faz da fábrica do



Rogério Fernandes durante assembleia no interior da fábrica em São Bernardo

ABC uma das melhores do grupo. O pessoal também melhorou o prazo de entrega dos motores e a criação do terceiro turno vai permitir que a fábrica mantenha esses prazos em dia.

No próximo mês, a

representação dos trabalhadores e a direção da fábrica fazem uma avaliação do novo turno.

“A expectativa é de ampliação do setor, com possibilidade de contratações”, comentou Rogério.

3.6 – Tribuna Metalúrgica (5/fev/2009)

Acordo na Brasmeck garante emprego

Neste mês, os trabalhadores na Brasmeck, fábrica de juntas em Diadema, teriam um restaurante no local de trabalho. Após a crise econômica internacional, no entanto, a produção caiu e a fábrica procurou o Sindicato para falar que precisava demitir.

Foi instalada uma mesa de negociação, de onde surgiu uma proposta inovadora e que foi transformada em acordo depois de aprovada pelos trabalhadores na empresa, em assembleia realizada terça-feira.

O acordo adia a implantação do restaurante para o início de agosto. Até 31 de julho, os 90 companheiros terão garantia de emprego.



Negociar é bom senso, disse Zé Mourão

Não haverá demissão, nem redução de salário.

Otimismo

Como a implantação do restaurante foi adiada para agosto, o pessoal terá ainda um acréscimo de R\$ 20,00 no vale compra durante esse período.

“As negociações e o acordo são um exemplo de bom senso, de responsabilidade e de preocupação social”, afirmou José Mourão, diretor do Sindicato.

Segundo ele, o acordo segue os preceitos do Sindicato de que, com um pouco de esforço, é possível atravessar um momento de dificuldade sem mexer em direitos dos trabalhadores.

“É um acordo otimista, porque acreditamos que teremos uma melhora na conjuntura. Esperamos que de próxima vez que voltarmos à fábrica seja para inaugurar o restaurante e comemorar a superação de um momento ruim”, aposta Zé Mourão.

3.7 – Tribuna Metalúrgica (10/fev/2009)

Rassini: jornada menor com manutenção de salário

Os companheiros na Rassini, fabricante de molas em São Bernardo, aprovaram ontem um acordo que reduz a jornada em 22,73% em fevereiro e março.

O salário cai 18%, mas a renda do trabalhador não será afetada nestes dois meses porque será compensada por vale-compras de R\$ 100,00 a R\$ 150,00, conforme o salário.

Os 638 trabalhadores na fábrica terão 60 dias de estabilidade.

Caminhões

Juarez Barros, o *Buda*, diretor do Sindicato, informou que até chegar ao acordo a empresa queimou



Acordo foi aprovado porque mantém a renda mensal dos trabalhadores

etapas para evitar demissões, como o Sindicato defende.

“Para não demitir, e com a expectativa de normalizar a produção, negociamos um banco de horas

em novembro. Depois, foram as férias coletivas. Mas isso não foi suficiente porque o setor que a empresa mais fornece, o da produção de caminhões, sofreu uma queda acentuada neste

início de ano”, explicou o dirigente.

Segundo *Buda*, no início das negociações a empresa previa reduzir a jornada por três meses, com fim em abril, mas reconsiderou porque acredita que até lá o mercado comece a recuperação.

Contrapartidas

“Fizemos o acordo porque entendemos que a fábrica tem essa necessidade, já que a produção caiu. Porém, ele é orientado para que o trabalhador não perca sua renda mensal e tenha contrapartidas, como a estabilidade no emprego”, finalizou *Buda*.

3.8 – Tribuna Metalúrgica (10/fev/2009)

Coletivas na MBB e na Ford Caminhões

A Mercedes-Benz e a Ford Caminhões negociaram férias coletivas com as representações sindicais.

Cinco mil companheiros na **MBB** param dia 23 de fevereiro e voltam em 5 de março. Outros mil trabalhadores da produção sairão em férias normais e retornam também no dia 5 de março.

Na **Ford**, 800 trabalhadores da linha de produção saem em coletivas a partir de 19 de fevereiro e retornam no dia 16 de março. Quatro dias desse período correspondem a banco de horas e a compensação.

A diretoria do Sindicato defende que, além das coletivas, todos os mecanismos relacionados à jornada de trabalho sejam utilizados para evitar demissões.

3.9 – Tribuna Metalúrgica (11/fev/2009)

Mobilização mantém o emprego e salário

A flexibilização da jornada por meio de um banco de horas foi o mecanismo adotado no acordo entre o Sindicato e a Autometal, autopeças de Diadema, para manter o emprego e os salários de cerca de 1.200 companheiros. A proposta foi aprovada em assembleia na segunda-feira.

Desde o final do ano passado, o pessoal na empresa teve licença remunerada, férias coletivas e normais, num esforço de adequar a produção à queda na demanda, sem demissões ou redução salarial.

Mas, no final de janeiro, a empresa alegou a necessidade de cortar 111 vagas.

Estabilidade

Segundo Gilberto da Rocha, o *Amendoin*, do Comitê Sindical, foi dentro da visão do Sindicato de combinar todos os mecanismos de proteção do emprego e renda com mobilização que surgiu a proposta do banco de horas.

O acordo vale até abril e será aplicado com a suspen-



Trabalhadores têm emprego e salário garantidos com acordo

são do trabalho aos sábados. A medida provoca a redução média de seis horas na jornada, dependendo do turno.

Em contrapartida, os companheiros terão esta-

bilidade no emprego até o final do acordo.

As horas negativas serão compensadas no pagamento da primeira parcela da PLR deste ano.

Greve termina na Max Precision e Special Quality

Os trabalhadores na Max Precision e Special Quality, em Diadema, aceitaram proposta de pagamento aos companheiros demitidos e da segunda parcela do 13º e retornaram ao trabalho. Os dias parados com a greve serão pagos pela fábrica. Ela

pagará ainda os dias em que cancelou a jornada e desconto do salário.

“A atitude corajosa do pessoal e a luta fez a fábrica rever sua postura, negociar e apresentar um proposta”, disse Cláudio Vieira, diretor do Sindicato.

Luta mantém renda com semana reduzida

A mobilização dos metalúrgicos conquistou mais um acordo. Os companheiros na Pinças Grassi, em São Bernardo, aprovaram ontem a proposta de manutenção de renda e estabilidade de seis meses no emprego, com semana reduzida de trabalho.

O acordo tem duração máxima de três meses. Nesse tempo, o pessoal não trabalha às sextas-feiras e tem as horas compensadas por um vale compra de R\$ 120,00.

“É um acordo para uma situação de queda na produção, que esperamos ser temporária”, salientou Vânio Guedes, diretor do Sindicato. “Assim como outros já firmados, seu foco é a preservação da renda e



Acordo também garante estabilidade de seis meses no emprego

dos empregos dos metalúrgicos nesse momento de crise econômica mundial”, completou.

Ato na Detroit

Com uma parada de três horas na manhã de terça-feira, os companheiros na Detroit (atual Parker),

em Diadema, protestaram contra as 30 demissões efetuadas semana passada.

Depois de reunião do Sindicato com a fábrica, a perspectiva dos trabalhadores é que as negociações sejam abertas e a fábrica reveja a medida. Novos protestos não estão descartados.

3.11 – Tribuna Metalúrgica (12/fev/2009)

Ato na Volks denuncia empresários e banqueiros

Ato dos metalúrgicos realizado ontem de manhã no pátio da Volks, em São Bernardo, denunciou empresários e banqueiros que querem lucrar com a crise e exigiu o fim das demissões e da redução salarial.

No final da manifestação, os trabalhadores pararam a Via Anchieta como forma de alertar a sociedade que o caminho de superação da crise é investir no crescimento do País.

“Esta mobilização é importante para mostrar a resistência da classe trabalhadora às demissões”, disse Sérgio Nobre, presidente do Sindicato.

Por unanimidade, foi aprovado que a categoria continue participando da campanha nacional em defesa do emprego e do salário.

Recado

“Nossa marca é a solidariedade e, sempre que for necessário, vamos fazer manifestações para que não avancem sobre os direitos dos trabalhadores”, avisou Sérgio Nobre.

Ele criticou os setores empresariais que vendem a ideia de que é normal a demissão de trabalhadores. “Com nosso gesto estamos dando o recado que o caminho é o crescimento do País”, disse.

O ato na Volks integrou o Dia Nacional de Luta pelo



Tribunadores na Volkswagen interrompem o trânsito na Via Anchieta



Passeata no pátio interno da fábrica defende o crescimento do País para combater a crise econômica mundial

Emprego e Salário convocada pela CUT realizado em todo o País. Ele começou às

6h no pátio da montadora, com a participação de cerca de 3 mil hoistas e mensa-

listas, e terminou com a interrupção do tráfego na Via Anchieta.

3.12 – Tribuna Metalúrgica (17/fev/2009)

Na ABR acordo garante estabilidade

Em assembléia realizada na última quinta-feira, os trabalhadores na ABR, autopeças em São Bernardo, aprovaram acordo de garantia de emprego até 30 de junho.

Os companheiros folgarão todas as sextas-feiras pelos próximos três meses. As horas não trabalhadas serão compensadas com vales-compras por cinco meses. Em fevereiro, o pessoal folgará durante o carnaval.

Apesar de válido por três meses, o acordo pode acabar antes se a produção for normalizada.

Contrapartida

De acordo com Gilson Moreira Garcia, o *Felô*, e Reginaldo Bandeira, do Comitê Sindical, a solução encontrada foi comemorada pelos trabalhadores na ABR, pois a empresa queria reduzir salários sem qualquer contrapartida. Foi necessária muita negociação para alcançar aquela que, não opinião do CSE, foi a melhor saída possível.



Reginaldo Bandeira



Gilson Moreira Garcia, o Felô

Garantia de emprego e renda

A crise financeira internacional atinge cada setor e cada empresa de forma diferente. Por isso, em cada caso o Sindicato tem uma atuação e procura uma saída específica, sempre na busca por garantia de emprego e renda.

Os primeiros acordos de garantia de emprego e manutenção de renda fechados pelo nosso Sindicato nesse ano foram

assinados com a Fiamm e a Sogefi, do mesmo grupo, e com a Proxyon. Neles, a jornada semanal foi reduzida em um dia e foi adotado o vale compra.

Luta

Em seguida, foi selado um compromisso com a Brasmack. Por ele, a empresa adiou o lançamento do restaurante para o início de agosto e 90 companheiros

conseguiram garantia de emprego até 31 de julho.

Na semana passada foi a vez da Rassini, Autometal e Pinças Grassi, com acordos de estabilidade que compensam a redução de salários com vales compra.

Nas empresas em que a direção insiste em não assinar acordo, o Sindicato prepara mobilização e luta para evitar demissões.

3.13 – Tribuna Metalúrgica (18/fev/2009)

Trabalhadores terão 16 meses de estabilidade na Faparmas

Os 190 trabalhadores na Faparmas, de Ribeirão Pires, ficarão em casa durante toda a semana de carnaval e terão esses dias compensados pela segunda parcela da PLR de 2008, a ser paga dia 15 de março. Em troca terão 16 meses de estabilidade.

José Mourão, diretor do Sindicato e trabalhador na autopeças, disse que vale o sacrifício de parte da PLR porque não houve redução salarial e os trabalhadores

garantiram 16 meses no emprego.

Conversa

Logo que a Mercedes-Benz anunciou coletivas na fábrica em São Bernardo, segunda-feira da semana passada, a Faparmas, que manda 60% do que produz à montadora, veio com a conversa de redução da jornada e do salário sem mais nada.

A idéia encontrou forte resistência no chão de fábrica e a pressão dos trabalha-



Zé Mourão disse que os acordos preservam o poder de compra dos salários

dores e do Sindicato abriu caminho para o acordo.

O pessoal também pa-

gará uma co-participação no plano médico durante seis meses.

Compensação na Metalpart será devolvida

Outro acordo para driblar a crise, sem mexer na renda dos metalúrgicos, foi aprovado ontem pelos companheiros na Metalpart, de Diadema.

O acordo é dividido entre banco de horas e redução da jornada de trabalho e compreende, ainda, estabele-

cidade até 30 de junho.

Semana que vem, o pessoal fica em casa e essas horas vão para o banco. Elas serão compensadas no decorrer de 12 meses.

Redução

Já a redução na jornada vale por dois meses e

será equivalente a 72 horas, 21,43% do tempo mensal de trabalho, o mesmo para o salário.

A renda fica mantida porque a fábrica irá devolver essa diferença nos meses de outubro e novembro.

Com a redução da jornada, os companheiros vão

se revezar em folgas de um dia por semana.

Segundo José Mourão, o acordo será suspenso se a produção voltar ao normal antes desse período. A Metalpart é outra autopeça com fatia importante da produção voltada para a Mercedes-Benz.

3.14 – Tribuna Metalúrgica (26/fev/2009)

À espera dos EUA, Magneti suspende contratos

Os trabalhadores na Magneti Marelli, de São Bernardo, aprovaram acordo de suspensão do contrato de trabalho de entre 92 a 100 companheiros.

Também conhecido como *lay off*, o mecanismo tira o pessoal da produção, que passa a receber o seguro desemprego e tem o salário normal complementado pela fábrica.

Aprovado em assembleia na sexta-feira passada, o acordo tem validade a partir de março com prazo de cinco meses e pode ser prorrogado por mais cinco.

Durante esse período, os trabalhadores farão cursos de qualificação no Senai e terão um dia de formação para a cidadania com aulas

no Sindicato. Os 400 metalúrgicos que permanecem na fábrica terão 90 dias de estabilidade.

Etapas queimadas

A suspensão do contrato é outra arma adotada para driblar a ameaça de demissões em massa que assombra os trabalhadores na Magneti desde abril passado, quando despencaram os pedidos da GM dos Estados Unidos.

Fabricante de camisas para motores, a fábrica concentrou 80% de sua produção para exportação, sendo que 60% para a GM americana.

Segundo Juarez Barros,

o Buda, diretor do Sindicato e trabalhador na empresa, desde aquela época várias medidas foram negociadas, como licença remunerada, coletivas e PDV.

“Agora estamos a espera do pacote de ajuda do governo norte americano às montadoras e que a empresa comece a vender no mercado interno”, afirmou Buda.

Para ele, o prazo do *lay off* pode ser suficiente para que essas expectativas se confirmem.

“Se a produção reagir, os trabalhadores poderão voltar antes dos cinco meses para a fábrica”, completou.



Buda: evitar mais demissões

3.15 – Tribuna Metalúrgica (13/03/2009)

Encontro reconstrói Câmara Regional do ABC

“O seminário conseguiu reunir o ABC para discutir saídas para a crise e alcançou plenamente seu objetivo”, destacou o vice-presidente do Sindicato, Rafael Marques.

O encontro, disse ele, reproduziu em seu espaço os melhores momentos da Câmara Regional do ABC como fórum de discussões sobre os problemas comuns às nossas sete cidades.

“Essa reativação efetiva

da Câmara Regional é um dos resultados mais expressivos do seminário, porque o ABC volta a ter um local para organizar as propostas e a agenda deixada pelo seminário”, continuou o dirigente.

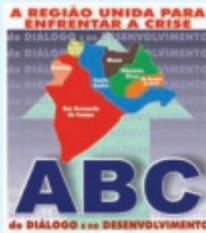
Para Rafael, essa organização amplifica a voz do ABC e confere mais legitimidade à nossa representação na busca de apoio público ou privado para construirmos soluções aos nossos problemas.



Amanda Perobelli

Câmara Regional, diz Rafael, amplifica a voz do ABC

3.16 – Tribuna Metalúrgica (13/03/2009)



Carta do ABC

Nos dias 11 e 12 de março de 2009, em São Bernardo do Campo, o Seminário "O ABC do Diálogo e do Desenvolvimento" reuniu representantes dos trabalhadores, dos empresários e do poder público da região com os Governos Federal e Estadual e as principais Associações Patronais Nacionais com vistas a debater medidas de enfrentamento aos efeitos da crise econômica mundial, no Brasil e na região.

A partir das discussões ocorridas no primeiro dia do seminário foram formados Grupos de Trabalho para debater os seguintes temas: crédito para a região, acesso a mercados e potencialidades, tributos, enfrenta-

mento ao desemprego no ABC e relações de trabalho e trabalho decente.

Todos os consensos resultantes das discussões realizadas nos grupos de trabalho ou mesmo outros tópicos que merecem um período mais prolongado de debate comporão material de trabalho para a reinstalação imediata da Câmara Regional do Grande ABC, que será o fórum de articulação para a consolidação e implementação das propostas anexas a essa carta. *(Leia resumo nas páginas anteriores).*

Uma vez restabelecida a Câmara Regional do Grande ABC, cabe aos atores da região cumprir seu papel histórico de romper os

atuais paradigmas que têm posto à margem do desenvolvimento alguns setores econômicos, trabalhadores e empresas na região.

A crise uniu as diversas entidades regionais na busca de soluções para os problemas enfrentados nesse momento pelo Grande ABC. O sucesso de nossas ações permitirá que saíamos desta crise mais fortes e unidos do que quando entramos.

O Grande ABC afirma que a crise será superada com a valorização da negociação, do trabalho, da produção, das pessoas e da cidadania, tendo como valores fundamentais a pluralidade, o respeito à pessoa humana e à democracia.

Sindicato quer estímulo para o setor

As baixas vendas de ônibus e caminhões no País levaram o Sindicato a cobrar medidas para o setor que vão além da redução do IPI.

Uma delas, R\$ 1 bilhão para a renovação da frota de ônibus urbanos, saiu na semana passada.

“É preciso mais, pois a saída é aumentar o mercado interno para compensar o que será perdido com as exportações. Isso só será possível com uma política específica para o setor”, analisa Sérgio Nobre (foto), presidente do Sindicato.

A redução do IPI proporcionou às montadoras o melhor primeiro trimestre de sua história. Para caminhões, no entanto, os resultados não foram os mesmos. No exterior, a crise econômica mundial praticamente cortou pela metade



o mercado aos caminhões e ônibus brasileiros.

Até 2008, a Scania ven-

dia pouco mais da metade de sua produção para o exterior. A Ford anulou as previsões de crescimento feitas ano passado, enquanto a Mercedes também projeta produção menor.

Em comparação com os três primeiros meses do ano passado, neste primeiro trimestre as exportações caíram 62%.

Produção de caminhões e CKDs	
1º trimestre 2009	– 24.175
1º trimestre 2008	– 37.208
Produção e ônibus e CKDs	
1º trimestre 2009	– 8.099
1º trimestre 2008	– 10.772
Exportações de caminhões	
1º trimestre 2009	– 2.643
1º trimestre 2008	– 7.720
Exportações de ônibus	
1º trimestre 2009	– 1.104
1º trimestre 2008	– 2.373

Fonte: Anfavea

3.18- Tribuna Metalúrgica (31/mar/2009)

Caminhões e ônibus precisam de mais atenção

Apesar de também valer para caminhões e ônibus, a redução do IPI não teve a repercussão esperada para esse segmento.

O presidente do Sindicato, Sérgio Nobre, considera o quadro grave e defendeu a adoção de outras medidas de estímulo ao setor. “Junto com a queda da demanda interna por caminhões e ônibus, as montadoras

perderam exportação”, analisou.

Na sexta-feira passada, a Ford anunciou um PDV, enquanto 300 companheiros contratados ainda não iniciaram o terceiro turno em caminhões.

Para Sérgio, os próximos três meses são importantes para que os Sindicatos, montadoras e governo debatam medidas para além do IPI.

Setor repercute em toda a economia

Para o governo, a redução do IPI não é apenas técnica. O setor automobilístico movimentou 23% do PIB industrial. Só as montadoras empregam 104 mil metalúrgicos e tem uma folha salarial de R\$ 432 milhões ao mês. O setor de autopeças emprega 320 mil pessoas e a massa salarial chega a R\$ 719 milhões ao mês.

No ABC, a massa salarial nas montadoras é de R\$ 212 milhões mês, enquanto nas autopeças é de R\$ 76

milhões, segundo a subseção Dieese do Sindicato.

Para a Anfavea, se a medida não fosse anunciada, haveria uma queda de 30% nas vendas de automóveis no segundo trimestre neste ano.

O IPI reduzido em dezembro contribuiu para aumentar as vendas em relação a 2008. De janeiro a março do ano passado, foram vendidos 633 mil veículos. Até domingo passado, o número chegou a 635 mil.

QUADRO

3.1

Quadro 3.1 – Programação e participantes do Seminário ABC do Diálogo e do Desenvolvimento

Seminário ABC do Diálogo e do Desenvolvimento - Convidados: Sérgio Nobre (Presidente do Sindicato), Dilma Rousseff (Ministra Chefe da Casa Civil), Luiz Marinho (Prefeito de São Bernardo), Jackson Schneider (Presidente da Anfavea), Mário Reali (Prefeito de Diadema), Paulo Lage (Presidente dos Químicos do ABC), Adler Kiko Teixeira (Prefeito de R. Gde da Serra), Aidan Ravin (Prefeito de Santo André), Clóvis Volpi (Prefeito de Ribeirão Pires), Oswaldo Dias (Prefeito de Mauá), José Auricchio Júnior (Prefeito de São Caetano), Paulo Butori (Presidente do Sindipeças) e Carlos Lupi (Ministro do Trabalho);

-Programação do Seminário:

Painel 1 – O ABC enfrentando a Crise

Dilma Rousseff – ministra chefe da Casa Civil
Nelson Henrique Barbosa Filho – Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda
José Serra - Governador do Estado de São Paulo
Adler Kiko Teixeira - prefeito de Rio Grande da Serra
Aidan Ravin - prefeito de Santo André
Clóvis Volpi - prefeito de Ribeirão Pires
José Auricchio Júnior - prefeito de São Caetano
Luiz Marinho - prefeito de São Bernardo
Mario Reali - prefeito de Diadema
Oswaldo Dias - prefeito de Mauá
Fausto Cestari – Consórcio Intermunicipal do Grande do ABC

Painel 2 - Trabalhadores e empresários enfrentando a crise

Carlos Lupi – ministro do Trabalho
Representantes do governo estadual
Armando de Mello Meziat Neto – secretário do Ministério do Desenvolvimento
Jackson Schneider – presidente da Anfavea
Paulo Butori – presidente do Sindipeças
Luiz Aubert Neto – presidente do Sindimaq
Paulo Piagentini - Sinduscon-SP
Willian Pesinato - diretor do Ciesp
Vitor Malmann – presidente do Siresp
Valter Moura – Associações Comerciais do ABC
Cícero Firmino da Silva (Martinha) - presidente do Sindicato dos Metalúrgicos